



Bruno Soares Barreto

**FIM DE SEMANA NA BAIXADA: uma análise sobre a
representação da Baixada Fluminense através de um
documentário e sua censura durante a
redemocratização do Brasil, décadas de 70 e 80.**

Monografia Apresentada à Graduação em
História da PUC-Rio como Requisito Parcial
para Obtenção dos Títulos de Licenciatura
e Bacharelado em História

Orientador(a): Prof. Dr. Larissa Rosa Corrêa

Departamento de História
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, desejaria agradecer à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e ao Departamento de História pelo ensino e apoio durante toda a graduação. Este trabalho foi beneficiado pelo suporte do CNPq através do PIBIC, que possibilitou o pleno desenvolvimento dos meus estudos.

Agradeço a minha orientadora Larissa Rosa Corrêa, pelas correções e orientação, ao longo não só da monografia, como também no desenvolvimento da PIBIC. Sendo sempre atenciosa e paciente, onde sua contribuição não enriqueceu apenas a escrita, como também foi fundamental ao meu próprio desenvolvimento como historiador e pesquisador. Agradeço ainda a professora Juçara Mello, por ter aceitado ser a leitora crítica desta monografia, e pela excelente supervisão na disciplina de estágio, sendo fundamental em minha formação como professor.

Gostaria de agradecer a minha namorada, Camila dos Santos Oliveira, pelo apoio e companhia ao longo da graduação, sua presença e contribuições foram essenciais para minha formatura, obrigado por estar ao meu lado e fazer parte desta importante etapa de minha vida.

Por fim agradeço a minha família, pela compreensão e auxílio de minha formação. Meus pais, Benilton Barreto e Márcia de Albuquerque, que sempre me auxiliaram e incentivaram meus estudos, e minha irmã, Giselle Barreto, pelo suporte contínuo. Agradeço ainda meu avô e tia, Amaro e Mary, pela paciência e carinho. E por fim aos inúmeros amigos que tornaram essa jornada mais leve e divertida. Agradeço a cada um desses aqui citados imensamente pelo apoio, confiança e carinho ao longo da caminhada, Muito Obrigado!

Resumo:

Este projeto tem como proposta analisar o contexto da Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, durante o período da redemocratização do Brasil, através do uso do Documentário: “Um fim de semana na Baixada Fluminense”, utilizando como contraponto um dossiê gerado pela polícia política. O filme documentário é um episódio da série documental: “Vozes do Grande Rio” de 1977, produzido pela EMBRAFILME. No qual são representadas as dificuldades do dia a dia e as violências sofridas pela população carente no bairro de Belford Roxo, na Baixada Fluminense. Em contrapartida o dossiê produzido pela Agência Central, órgão do Serviço Nacional de Informação, descreve uma das histórias do filme, a qual aguardava a liberação da censura federal. O documento, que hoje está disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), discorre acerca da história e consequente necessidade de censura do filme.

Palavras chaves:

Baixa Fluminense – Ditadura Militar – Censura – Desigualdade Social – Industrialização – História Social.

SUMÁRIO

Introdução	6
Capítulo 1 – Chegada na Baixada: um olhar historiográfico sobre as questões políticas, econômicas e sociais.	9
1.1. Desenvolvimento da Baixada Fluminense	9
1.2. Curral Eleitoral	15
1.3. O Clero Progressista de Nova Iguaçu.....	17
Capítulo 02- “Um fim de semana na Baixada”: O Cotidiano da Região apresentado sobre as lentes de um documentário esquecido.....	23
2.1. Um panorama da obra.....	24
2.2. Do popular: O trabalhador e a Cultura local.....	42
Capítulo 03 – Recepção da Obra e sua Censura.....	45
3.1. Os espaços por onde ecoam as “Vozes do Rio”: cineclubes e eventos..	45
3.2. Os espaços por onde ecoam as “Vozes do Rio”: Televisão	51
3.3. A estranha censura da Agência Central	54
Conclusão	61
Referência.....	63

LISTA DE QUADROS

Quadros 1 - População da Baixada Fluminense	11
Quadros 2 - Comparação populacional entre o Rio de Janeiro e Nova Iguaçu....	13

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Gráfico sobre o Crescimento Populacional da Baixada Fluminense....	12
Figura 2 - Comparação populacional entre o Rio de Janeiro e Nova Iguaçu	13
Figura 4 - Baião: Não tem jeito não	27
Figura 5 - Um dos entrevistados não nomeados	29
Figura 6 - Entrevista com o repórter Paulo Cesar Pereira	30
Figura 7 - Reporter Heraldo Peçanha colhendo o noticiário policial	34
Figura 8 - Tenório Cavalcanti em entrevista para a obra	35
Figura 9 - Dona Dulcileia.....	39
Figura 10 - Dom Adriano em entrevista da obra.....	40
Figura 11 - Pai Vacuro	41
Figura 12 - Trabalhador entrevista enquanto se pendura do lado de fora do trem devido a superlotação	44

Introdução

Este projeto tem como proposta analisar o processo de redemocratização na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, entre os anos de 1977 e 1982. O objetivo é analisar, inicialmente, algumas das concepções sobre a região, apresentando mais uma perspectiva sobre a Baixada através do uso do documentário: “Um fim de semana na Baixada Fluminense”. Para tanto, pretende-se utilizar como contraponto um dossiê produzido pela polícia política no mesmo período. O filme documentário é um episódio da série documental: “Vozes do Grande Rio” de 1977, produzido pela EMBRAFILME, no qual são representadas as dificuldades do dia a dia e as violências sofridas pela população carente no bairro de Belford Roxo, na Baixada Fluminense. Em contraponto ao filme, o dossiê produzido pela Agência Central, órgão do Serviço Nacional de Informação, descreve uma das histórias do filme, a qual aguardava a liberação da censura federal. O documento, que hoje está disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), discorre acerca da história e consequente necessidade de censura do filme. O dossiê foi o primeiro sinal da existência da produção cinematográfica, que levou a pesquisa e subsequente localização da obra. Este trabalho nasce a partir do projeto de pesquisa “Entre a Batina e a linha de montagem: a atuação dos padres operários na oposição à ditadura militar”, o qual tem como objetivo analisar as relações entre a Igreja Católica, Trabalhadores e o Regime Militar, parte da pesquisa se desenvolve a partir da catalogação da documentação referente aos padres operários gerada pelas polícias políticas.¹

Os padres operários se dirigiram a diversas áreas do Brasil, entre elas, a Baixada Fluminense. Devido sua característica periférica em relação a cidade do Rio de Janeiro, esta região se encontra constantemente excluída também das ações políticas do estado. A Baixada tem marcada em sua história a relação de centro-periferia, abastecendo a cidade do Rio de Janeiro de recursos como água, mão de obra e votos eleitorais. Vista comumente como curral eleitoral e zona de violência, a sua existência é frequentemente reduzida apenas a uma relação utilitária com o centro. Contudo, essas percepções de uma Baixada violenta e utilitária se mostram

¹ Projeto coordenado pela profa. Larissa Rosa Corrêa, entre os anos de 2022-2024, com recursos da bolsa PIBIC/ PUC-Rio.

incompletas, relativas aos processos políticos de resistência da região. Ponto fundamental de resistência e articulação ante ao regime político militar, a Diocese de Nova Iguaçu, e seu bispo Dom Adriano Hypólito, foram fundamentais para a região no período, que através de diversas ações sociais, movimentos e eventos mobilizou a população local na tentativa de aumentar a conscientização em oposição à ditadura militar. A participação da Diocese de Nova Iguaçu se faz pela entrevista de Dom Adriano no documentário e principalmente da citação sobre o “clero progressista” da diocese de Nova Iguaçu, no dossiê de censura.

O documento referente a censura a ser analisado neste projeto é um informe da Agência Central do SNI, de janeiro de 1982, onde o informante destaca o aguardo da liberação da censura federal do filme: “Um fim de semana na baixada fluminense”. O dossiê de censura foi a comprovação inicial da existência do filme, o que levou a sua subsequente procura. O filme: “Um fim de semana na baixada” é o terceiro episódio do documentário “Vozes do Grande Rio”, produção que tinha como objetivo demonstrar o dia a dia da cidade do Rio de Janeiro, dividindo-se em 4 episódios, seu primeiro episódio “Rio ano 2000”, tem como foco demonstrar as perspectivas para a cidade, com foco nas regiões de Copacabana e da zonal sul, sobre os anos 2000 que se aproximavam.

O seu segundo episódio: “Sei lá, jacarezinho, sei lá” se debruça sobre a situação das favelas do Rio de Janeiro, restringindo-se a favela do Jacarezinho. Os dois últimos episódios do filme e principal interesse deste projeto são: “Um fim de semana na baixada fluminense” e “Queimados”, no terceiro episódio, o documentário realiza uma viagem ao então bairro de Nova Iguaçu, posteriormente município emancipado de Belford Roxo, onde apresentam o cotidiano e relatos dos moradores, destacando as dificuldades de locomoção para seus trabalhos, situações de insalubridade e vulnerabilidade social da região. O quarto e último episódio tem como foco central o menor abandonado da região de Queimados e sua passagem pelo sistema carcerário, além destacar a criminalidade e violência da região, se atentando para os assassinatos produzidos pelo Esquadrão da Morte¹. A análise dos filmes em contraponto ao informe do SNI, apresenta diversas perspectivas sobre a Baixada Fluminense e sua subsequente exibição nas televisões e eventos de cinema, além da própria discrepância entre a história destacada pelo informe e o episódio na forma finalizada para a exibição. Esses pontos indicam questões sobre o objetivo

da censura e de quais percepções sobre a força policial e da Bayer com a população local de Belford Roxo se tentou apagar e controlar.

Capítulo 1 – Chegada na Baixada: um olhar historiográfico sobre as questões políticas, econômicas e sociais.

Quando se imagina a Baixada Fluminense, geralmente os primeiros estereótipos concebidos são os que ligam diretamente a região à violência, vulnerabilidade social e ausência de ações do Estado. Sua distância do centro da cidade do Rio de Janeiro, corrobora para a cristalização de uma Baixada distante e “selvagem”. Contudo, a região sempre foi zona de interesses nos eixos políticos e econômicos, onde a alta densidade populacional e de eleitores atraía a presença de políticos, e a elevada capacidade de escoamento de produtos para o Rio de Janeiro e demais estradas despertava o entusiasmo da indústria.

Este capítulo tem como foco a apresentação do processo de urbanização e industrialização da região, da queda da citricultura até a chegada da indústria, e a explosão populacional derivada dessas mudanças. Na segunda parte, pretende-se analisar a presença e atuação da Igreja Católica na região, e seu papel único de articulação entre os movimentos sociais e a população local.

1.1. Desenvolvimento da Baixada Fluminense

A Baixada Fluminense tinha como principal atividade econômica a citricultura voltada para exportação. Segundo Maia e Rodrigues (2009) a proximidade da região com o Rio de Janeiro, promovia o escoamento da produção para os portos entre os séculos XIX e até a metade do XX, tendo como destaque o município de Nova Iguaçu, que teve seu auge na produção de laranjas em 1930. Já no ano de 1940 o cenário da região começa a se modificar, ainda segundo Priscila Maia e Adrianno Rodrigues (2009).

Nos anos 1940, o fim da citricultura em Nova Iguaçu coincidiu com o processo de urbanização e industrialização do Brasil, que no contexto fluminense concentrava-se na cidade do Rio de Janeiro, àquela época capital do país. Este processo, como será apresentado, passou pela reestruturação do parque industrial do Rio de Janeiro, que implicava em se destinar para a periferia os novos investimentos fabris. Ao longo dos anos 40 e 50, esse processo foi se intensificando e as novas indústrias passaram a extrapolar os limites da capital em direção à Baixada Fluminense, seguindo o curso, sobretudo, da Avenida Brasil e da Rodovia Presidente Dutra. (MAIA; RODRIGUES 2009, p. 2 e 3)

Ambas as vias, a Avenida Brasil, quanto a Rodovia Presidente Dutra são personagens fundamentais para o desenvolvimento da região, seu acesso e proximidade ao Rio de Janeiro, fazem delas as principais vias de escoamento da produção da Baixada. Outro fator para o desenvolvimento da região se deu pela explosão do crescimento populacional, segundo Maia e Rodrigues (2009), a modernização do Rio de Janeiro e subsequente expulsão da população mais pobre da cidade, gerou uma migração para regiões de loteamento mais baratas, como a Baixada, o que somada a recém instalação das linhas férreas eletrificadas, possibilitava uma mobilidade da região para o centro do Rio, onde grande parte dessa população realizava suas atividades econômicas. Esse padrão de movimentação da Baixada para o Rio apenas se intensificaria nos anos seguintes com o crescimento populacional.

Dos municípios da Baixada, Nova Iguaçu, seguiria como principal município da região, mesmo após as subseqüentes emancipações dos demais municípios, como o de Duque de Caxias em 1943, Nilópolis em 1947 e São João de Meriti em 1947, municípios estes que nesse momento funcionavam principalmente como “cidades dormitórios” do centro do Rio de Janeiro.² Com o fim da Segunda Guerra (1939-1945) e a diminuição das exportações agrícolas do Brasil, a citricultura local inicia um processo de crise econômica na região. Segundo Maicon Carvalho (2015), diversos fatores dificultaram a citricultura local:

Com o mercado externo fechado e inúmeras dificuldades que se apresentavam, naquele momento, o negócio começou a declinar. Para piorar a situação, inicia-se a concorrência com a região de Limeira que despontava como grande produtora e abastecedora do mercado paulista. Diante desse cenário complicado, as frutas da região de Nova Iguaçu não conseguiam espaço para serem vendidas. Em consequência, passaram a apodrecer nos pés, disseminando pragas e novas doenças nos frutos. (CARVALHO, 2015, p. 17)

O declínio da citricultura em Nova Iguaçu e região provocou uma crise econômica, intensificando a prática de loteamento das terras pelos produtores locais. Aqui começa o processo de transformação que dá a Baixada Fluminense os contornos que a definiriam como região, configurando uma transição entre um

² MAIA, Priscila Nunes Fraga; RODRIGUES, Adrianno Oliveira. A cidade (re)partida: um breve estudo sobre as emancipações da cidade de Nova Iguaçu e a formação da região da Baixada Fluminense. Acesso em: 10 set. 2024.

passado rural e seu desenvolvimento como polo industrial. Segundo Maia e Rodrigues (2009), foi na proximidade com a cidade do Rio de Janeiro que as prefeituras da Baixada investiram seus esforços. A inauguração da Avenida Brasil em 1940 e a instituição de uma tarifa ferroviária única promoveu na região a aceleração do crescimento industrial dos municípios, promovida pela migração de indústrias do Rio de Janeiro para a Baixada. De modo que as proporções industriais de Nova Iguaçu, Nilópolis, Duque de Caxias e São João de Meriti superavam as proporções industriais do Rio. (MAIA; RODRIGUES 2009). As indústrias buscavam isenções e incentivos proporcionados pelas prefeituras locais. Outro fator fundamental era o acesso a exploração de recursos, como a água, mão de obra e terras que eram mais baratas na Baixada do que no Rio.

Além do processo de industrialização, como já foi citado acima, Nova Iguaçu passou pelo processo de emancipação das regiões de Duque de Caxias, São João de Meriti e Nilópolis, segundo Maia e Rodrigues (2009), isso ocorre devido as insatisfações das regiões com a prefeitura de Nova Iguaçu, que mantinha como foco dos serviços e ações do poder executivo apenas no centro do município. A transformação de distritos e municípios proporcionava aos recém-emancipados o desenvolvimento de prefeituras, atraindo investimentos do poder público e possibilitando o desenvolvimento de setores do Poder Executivo mais próximos a população local, como hospitais municipais e escolas voltadas para o município, sendo assim, um distrito como o de Belford Roxo se municipalizaria buscando melhorias que não eram realizadas pela Prefeitura de Nova Iguaçu. Essa ideia de melhoria a partir da emancipação se torna assim fundamental para o entendimento dos sentimentos da população dessa região, nos momentos anteriores a municipalização, aparecendo em diversos momentos nas demandas populares e em obras culturais, como no filme: “Um fim de semana na Baixada”, a ser apresentada diversas vezes como solução para os problemas do então bairro de Belford Roxo.

A partir de então, o processo de crescimento populacional apenas se intensificou, o que pode ser identificado via os dados dos censos demográficos do IBGE, que compreendem as décadas de 1950 até 1980, como observado na tabela

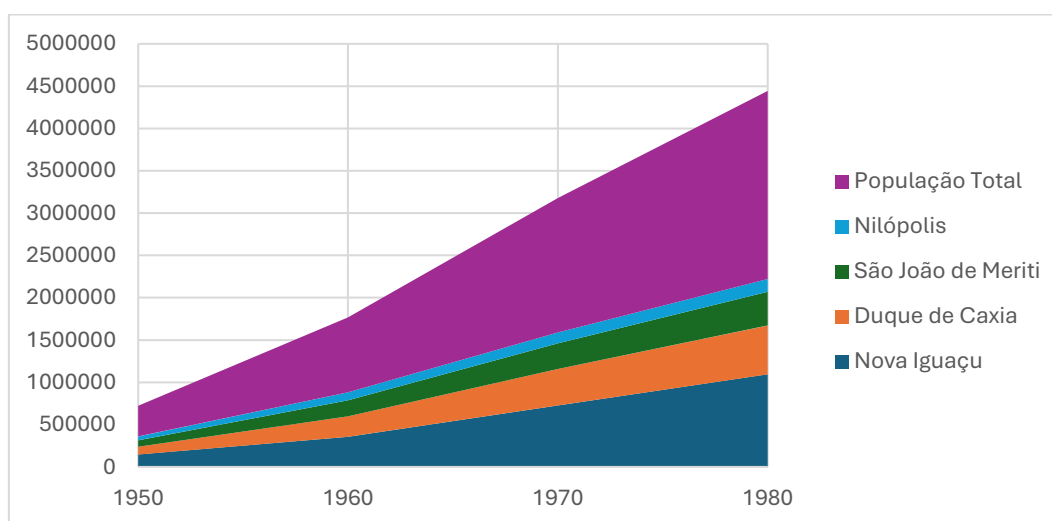
Quadros 1 - População da Baixada Fluminense

Município	1950	1960	1970	1980
-----------	------	------	------	------

Nova Iguaçu	145.649	356.645	727.140	1.094.789
Duque de Caxias	92.459	241.026	431.397	575.830
São João de Meriti	76.462	190.516	302.394	398.819
Nilópolis	46.406	95.111	128.011	151.585
População Total	362.926	885.258	1.590.912	2.223.003

Fonte: Elaborada pelo autor com base em CARVALHO, 2015 e IBGE. Censo Demográfico 1950, 1960, 1970 e 1980.

Figura 1- Gráfico sobre o Crescimento Populacional da Baixada Fluminense



Fonte: Elaborada pelo Autor com base em CARVALHO, 2015 e IBGE. Censo Demográfico 1950, 1960, 1970 e 1980

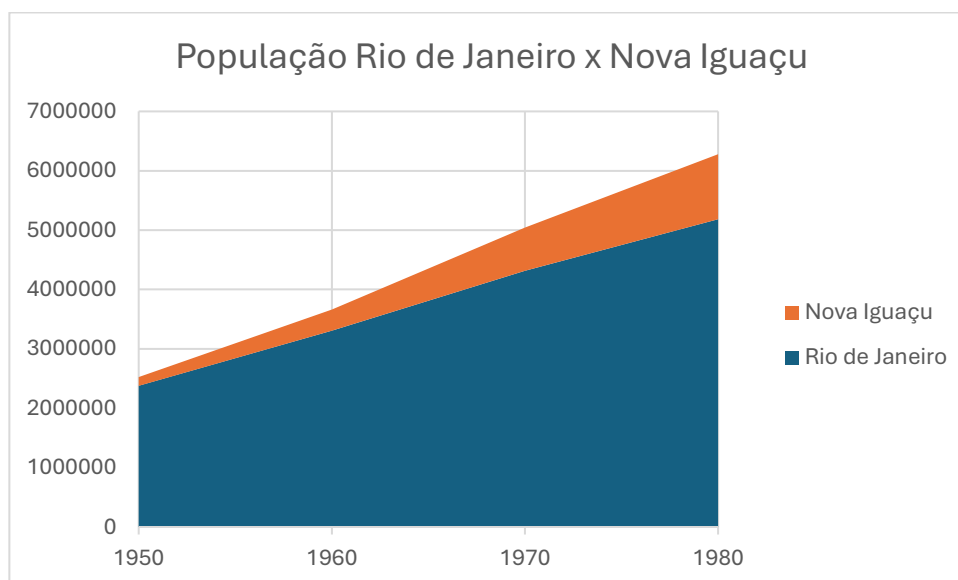
O crescimento populacional da região foi maior do que o crescimento populacional da cidade do Rio de Janeiro, essa comparação com o crescimento pode ser observada na tabela 2. Mas seria esse crescimento populacional positivo para a região? Essa explosão populacional evidenciaria os problemas estruturais dos municípios, pois parte dos migrantes que buscavam oportunidades na cidade do Rio de Janeiro, se encaminhavam para a Baixada na busca de aluguéis e terrenos mais baratos. Contudo, a falta de infraestrutura da Baixada promovia a construção de casas irregulares em locais pouco populosos, muitas vezes sem acesso a serviços básicos como luz e água. A população da Baixada trabalhava, em sua maioria, na cidade do Rio, dependendo de transportes públicos, como o trem. Quando comparado ao crescimento da Rio, o aumento populacional da Baixada expressa, não só a movimentação de migrantes para o estado do Rio de Janeiro, como também seu estabelecimento na Baixada Fluminense como principal opção.

Quadros 2 - Comparação populacional entre o Rio de Janeiro e Nova Iguaçu

Município	1950	1960	1970	1980
Rio de Janeiro	2.377.451	3.307.163	4.315.746	5.183.992
Nova Iguaçu	145.649	356.645	727.140	1.094.789

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1950, 1960, 1970 e 1980

Figura 2 - Comparação populacional entre o Rio de Janeiro e Nova Iguaçu



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1950, 1960, 1970 e 1980

Os dados indicam um crescimento demográfico da Baixada e principalmente de Nova Iguaçu superior ao crescimento do Rio de Janeiro. O que pode ser explicado, segundo Maia e Rodrigues (2009), pelas ondas migratórias que buscavam nas periferias da cidade do Rio, residências e lotes com valores mais baixos, isso somado a falta de infraestrutura da região e o fortalecimento de políticas de loteamento através de: “cobrança de taxa irrisória para a aprovação de projetos, tolerância a obras clandestinas, entre outros.” (MAIA; RODRIGUES 2009). O Rio recebia a partir de 1950 levas migratórias de Minas Gerais e de estados nordestinos, aumentando a população total de 2.377.451 em 1950 para 3.307.163 em 1960, onde parte dessa população se instalava nas periferias próximas da cidade, como a Baixada Fluminense. Devido a maioria dos trabalhadores que residiam na Baixada realizarem suas atividades no Rio, isso fortaleceu o movimento pendular da Baixada com o Rio, fortalecendo a característica de municípios como Nova Iguaçu e São João de Meriti como “cidades dormitórios”. Segundo José Alves (2003), cerca de 61,45% dos que trabalhavam no setor comerciário, trabalhavam

fora do município em 1950, esse índice aumenta para 45,73% no caso dos trabalhadores da indústria. Onde em Duque de Caxias tinha 64,5% de sua população ativa que trabalhava no setor industrial realizando atividades fora do município, chegando até 88,9% no setor de serviços. O setor industrial se tornaria assim fundamental para o entendimento do crescimento populacional, onde em 1950, 34.643 pessoas atuavam no setor na Baixada, elevando-se para 199.271 em 1960, um crescimento de 475%.

É nesse contexto de baixa infraestrutura e mão de obra barata que o processo de industrialização se intensificou na região, onde parte dessa mão de obra será absorvida pelo trabalho industrial, e o acesso a loteamentos mais baratos que a cidade do Rio de Janeiro, isenções fiscais e possibilidade de escoamento da produção via Rodovia Presidente Dutra e Avenida Brasil. Criando assim um cenário próspero para a indústria local, o que apesar de aumentar o investimento na região, colabora para a acentuação da desigualdade social, monopolização de recursos pela indústria, impactos ambientais e intensificação da exploração dos trabalhadores. Essas medidas são efetivas, como demonstrado pela ampla instalação de diversos empreendimentos industriais, conforme aponta Maicon Carvalho (2015), onde Nova Iguaçu se tornaria um importante polo de vinda de trabalhadores, entre as empresas responsáveis por essa procura, se destacam: a Bayer do Brasil Indústrias Químicas S.A., Cia. Dirce Industrial, Cia. Mercantil e Industrial Ingá, Cia. de Canetas Compactor, Forjas Brasileiras S.A., Indústrias Granfino S.A., S. A. Marvin (parafusos e pregos), Rupturis S.A. (explosivos), USIMECA – Usina Mecânica Carioca S.A., Fábrica de Tecidos Cachambi, e Fábrica de Cigarros Souza Cruz. (CARVALHO, 2015, p. 22)

Destaca-se aqui a presença da Bayer, empresa de ampla atuação indústria química brasileira na região de Belford Roxo, então bairro de Nova Iguaçu, que só se emanciparia no ano de 1990. Segundo Carvalho (2015), o bairro foi escolhido devido a fatores estratégicos, como o acesso a água potável, energia elétrica e topografia, além da possibilidade de expansão da fábrica. O autor destaca ainda as carências sofridas pela população local, como: ausência de saneamento básico, falta de asfaltamento e de atendimento de saúde no local. Outro problema da instalação

e funcionamento da fábrica era ainda a falta de mão de obra especializada, que foi trazida da Alemanha.

1.2. Curral Eleitoral

Paralelo ao processo de industrialização da Baixada Fluminense, a política regional viu suas principais mudanças no período da Ditadura Militar. O processo de intervenção da região se destaca como um exemplo da política de intervenção militar, conforme José Alves (2022):

Assim, de 1963 a 1969, em seis anos, portanto, Nova Iguaçu conheceu oito chefes do Executivo: dois interventores, dois presidentes da Câmara, dois prefeitos eleitos e dois vice-prefeitos. Ao final do período, a descontinuidade administrativa e o casuísmo das leis eram tão gritantes que a população sequer conseguia entender as questões políticas, quanto mais interferir. (ALVES, 2022, p. 21)

A interferência militar foi efetiva em todos os municípios da Baixada, mesmo que executada de forma diferente entre os municípios, interferindo nos problemas regionais de corrupção. Contudo, não diminuíram, assim como os problemas de segurança e criminalidade local, na verdade, segundo Alves (2022) a tomada de poder pelos militares significou apenas uma reconfiguração da posse dos meios de violência e criminalidades locais, os mecanismos de violência contra a população local e dissidências políticas se viu sob nova direção, além das atividades ilegais a serem realizadas agora pelos militares, como: contravenção e “jogatina”. Entre os exemplos destacados por Alves (2022) estão: diversas ameaças de atentados à bomba, o sequestro e tortura do Bispo da Diocese de Nova Iguaçu, Dom Adriano Hypólito, diversos espancamentos, violação de correspondências e interrogatórios voltados para as lideranças religiosas da região. Outro exemplo a ser destacado em especial foi a dissolução de uma manifestação de deputados, vereadores e populares que eram a favor de eleições diretas em Duque de Caxias, foram designados para essa dissolução a polícia militar e o Departamento de Ordem Política e Social (Dops). Este exemplo demonstra a presença e atuação do Dops na região, que produziu uma extensa documentação acerca de sua vigilância de diversas figuras e ações.

Mais tarde, com a saída das autoridades militares do poder político da Baixada, os cargos políticos passariam a ser assumidos diretamente por figuras participantes dos grupos de extermínio conhecidos na região, os quais sempre permearam o poder político na Baixada. Perpetuando a lógica de controle de poder local, através da violência, medo e corrupção. Outro aspecto importante a ser destacado é o modelo político de investimentos das prefeituras da região, com destaque a de Nova Iguaçu. Segundo Simões (2007), a prefeitura de Nova Iguaçu operaria principalmente pelo modelo de investimento seletivo, onde ela designa uma série de investimentos em serviços e equipamentos públicos, concentrando-os principalmente no centro do município e em alguns centros distritais. Essa estratégia reafirma a intensificação da ocupação periférica do município, que se deu principalmente via loteamentos ausentes de qualquer infraestrutura e como acesso limitado aos demais recursos, intensificando na região o abandono dos novos bairros. A divisão distrital de Nova Iguaçu, somada a uma ausência de massa organizada politicamente, permite a articulação entre políticos iguaçuanos e políticos distritais, instalando assim um mecanismo de política de atendimento populacional na forma do clientelismo, onde os políticos distritais se tornam mediadores entre a prefeitura e a população. Ainda segundo Simões (2007), a política clientelista fomenta um cenário de insatisfação popular, se espalhando para grupos políticos dos centros distritais, o que eventualmente inicia a intensificação da busca por emancipação dos distritos. A efervescência política seria aplacada apenas pelo regime militar, que extingue a mobilização política e emancipatória da região, postergando o reaparecimento do movimento político para os anos de 1970 e 1980, onde agora sob novas lideranças distritais a Baixada aparece como local de “agitação política”. A primeira tentativa de emancipação de Belford Roxo, teria ocorrido ainda em 1962, apesar de poucos registros escritos, Simões (2007) aponta destaca o processo das reuniões populares chamada de “Senadinho”, chegando a reunir 300 pessoas, entre moradores humildes, profissionais liberais e pequenos comerciantes, apontando ainda a instalação do complexo industrial da Bayer em 1958, como um dos principais motivadores do sentimento emancipatório e formador da crença que permeou o processo de emancipação, a ideia de que se arrecadava muito em Belford Roxo e recebia-se pouco em contrapartida.

Estes aspectos políticos da região são importantes para evidenciar o sentimento de abandono apresentado no filme: “Um fim de semana na Baixada” a ser analisado, servindo como explicação para a ausência de assistência e recursos nos locais presentes na obra, mas também como sentimento emancipatório presente na fala de alguns dos entrevistados, sobretudo os repórteres e políticos. A relação da população mais pobre na obra se apresentará principalmente na forma de necessidades básicas não disponíveis para a população local. A presença e influência da Bayer na região é fundamental também para o entendimento do impacto que a história descrita no dossiê da agência central, que será analisado mais à frente, teria sobre o sentimento político e social da população local com a empresa. A Bayer se apresenta aqui como um motor de desenvolvimento regional, que traz consigo postos de emprego e receita para a região. Nesse sentido, uma possível ameaça a reputação e mudança drástica percepção social sobre a empresa constituiria uma ameaça não somente a política da região, mas também nas relações da multinacional com o país.

1.3. O Clero Progressista de Nova Iguaçu

Um fenômeno característico da Baixada Fluminense foi a ação da Igreja Católica como intermédio entre as ideias dos movimentos sociais e a população local. Segundo, Alexander Gomes (2022), o Concílio do Vaticano II (1962-1965), abriu caminho para a discussão das realidades sociais da América Latina, se intensificando até a realização das conferências episcopais realizadas em Medellín (Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano) no ano de 1968 e posteriormente em Puebla em 1979, onde as ações práticas derivadas das conferências foram recebidas de formas diferentes pela Igreja Católica Brasileira e da América Latina, “tornando evidente que a instituição é um conjunto de hierarquias distintas, e não um bloco monolítico.” (GOMES, 2022, p. 91). A divisão entre os setores mais progressistas e conservadores da Igreja Católica brasileira se torna mais clara com o exemplo do apoio institucional no início da ditadura militar. A Teologia da Libertação foi alvo de críticas e perseguições. As ações do setor mais progressistas da Igreja Católica passaram a ser vistas como ações comunistas ou de origem marxistas durante a ditadura militar, levando assim a opressão e perseguição por órgãos de repressão como o Dops e o Serviço Nacional de Informação (SNI).

Os setores mais conservadores da Igreja Católica, que apoiavam o regime militar, acreditavam que estas ações, ultrapassavam os limites da religião e se tornavam ações políticas contra o governo. Todavia, as ações promovidas pelo setor mais progressista foram fundamentais para o desenvolvimento e movimentação política voltadas para a desigualdade da sociedade brasileira da época, segundo Alexander Gomes:

Nesse sentido, o posicionamento de alguns membros da Igreja como, por exemplo, o de Dom Adriano Hypólito, indica que não se deve reduzir a ação da Igreja apenas ao chamado espiritual, isso é desconhecer a força fermentadora do evangelho para todos os setores da vida social (*A Folha*, ano 6, n. 322, 16 de junho de 1978). Em outra publicação de *A Folha*, Dom Adriano Hypólito escreve que a Igreja tem de ser política na sua atuação pastoral, pois se ocupa com a dimensão comunitária das pessoas: “a pessoa humana é uma unidade no tempo e na eternidade. Daí a impossibilidade de pretender-se uma pastoral exclusivamente espiritual” (*A Folha*, ano 6, n. 325, 06 de agosto de 1978). (GOMES, 2022, p.93)

Fundamental para o desenvolvimento e apoio as ações e movimentos sociais da Baixada Fluminense foi a Diocese de Nova Iguaçu, liderada pelo Bispo Dom Adriano Hypólito. Ele atuou como bispo na Diocese de 1966 até 1994, onde combateu intensamente as desigualdades sociais da região, mobilizando diferentes grupos de movimentos sociais, e investiu contra o Esquadrão da Morte³. Suas ações políticas se demonstraram efetivas em mobilizar a população local, mas mobilizaram também diversos opositores, o que resultou em sequestro em 1976, onde foi espancado e abandonado despido e pintado de vermelho em uma rua. As violências contra D. Adriano continuaram, como seu carro que foi explodido enquanto estava estacionado em frente à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), entre diversas ameaças e depredações as Igrejas locais, D. Adriano seguiu combatendo a ditadura militar e suas violências. O bispo de Nova Iguaçu não agiu sozinho na Baixada, diversas figuras religiosas, entre padres, bispos e diáconos atuaram constantemente no combate as injustiças da Ditadura Militar, entre eles faz-se necessário destacar as ações de D. Waldyr Calheiros, Bispo de Volta Redonda, e D. Vital Wilderink, Bispo de Itaguaí. Ambos atuaram não só em apoio

³ Esquadrão da Morte – Nome dado na época ao “grupo de policiais que eliminam marginais considerados irrecuperáveis”

aos movimentos sindicais, como também nas disputas de terra e movimentos de posseiros.

Segundo Jessie Souza (2016), Dom Waldyr se colocaria como homem preocupado com seus semelhantes e com a sua instituição, sua atuação como bispo seria atravessada de diversos episódios de conflito com o regime militar. Em 1967, quatro membros da Juventude Católica Diocesana (JUDICA), seriam presos pela patrulha do Batalhão de Infantaria Blindada (BIB) pela distribuição de panfletos contra o regime, com um veículo de posse da Diocese. O BIB, situado em Barra Mansa, foi um temido centro de tortura durante o período da ditadura militar. Dentre os jovens presos, destaca-se o Diácono Guy Michael Camille Thibault, sua prisão e mais tarde a invasão da casa episcopal pelo Exército, constituiria um dos episódios centrais da história de Dom Waldyr. Possibilidade de deportação enfrentada por Guy Thibault, assim como sua prisão, mobilizaram Dom Waldyr na busca pela liberdade dos membros da JUDICA. A pesquisa documental realizada na base de dados do SIAN/ Arquivo Nacional, durante a bolsa PIBIC, apontou a repercussão da prisão e eventual luta por liberdade de Dom Waldyr, culminando no texto “Pela Justiça e Libertação”, criado pela Pontifícia Comissão de Justiça e Paz, que seria publicado também no jornal “*A Folha*” da Diocese de Nova Iguaçu de Dom Adriano, as edições de 04 e 25 de dezembro de 1977. Contudo o alcance dele não se limitou ao Rio e região, aparecendo ainda no Movimento Estudantil de São Paulo, onde ocorreu o “Ato Público Movimento Justiça E Libertação”, demonstrando assim o alcance e capacidade de articulação entre Dom Waldyr e demais instituições, o Movimento de Justiça e Liberdade, segundo um Dossiê de setembro de 1977, teria a participação de mais de 20 entidades referentes a associação de moradores, alunos, trabalhadores, professores e comissões arquidiocesanas. Entre elas, destaca-se também a presença de membros da ACO (Ação Católica Operária). Entre os artigos de jornal, destaca-se a violência com a qual a polícia reprimiu o movimento, além de diversas prisões realizadas no dia. Durante o evento foi lido também o texto: “PELA JUSTIÇA E LIBERTAÇÃO” que discorre sobre a prisão e expulsão de diversos membros da Igreja Católica, entre eles o Diácono Guy Thibault.

Dom Adriano Hypólito, Bispo de Nova Iguaçu, atuou durante a década de 1970, ganhando destaque por seu posicionamento político contra o regime militar e sua luta por justiça social e Direitos Humanos na região da Baixada Fluminense. Segundo Adriana Kronemberger (2018), o bispo foi perseguido, vigiado e ameaçado pelos órgãos repressivos do estado, onde militares e políticos da região de Nova Iguaçu se reuniam para discutir os textos publicados pela *A Folha*, a perseguição culminou no sequestro de Dom Adriano em 22 de setembro de 1976, onde pelas palavras do próprio bispo:

Eram seis homens e estavam armados com revólveres. Eles enfiaram um capuz na minha cabeça, me obrigaram a entrar num automóvel, arrancaram minhas roupas e passaram a chutar e pisar meu corpo. Eu estava certo de que iam me matar. Refleti sobre os motivos que levariam aqueles homens a me tirar a vida e concluí que aquilo tudo só podia ser consequência de minha atuação. A consciência disso me acalmou, preparei-me para morrer, enquanto meus sequestradores prosseguiram me submetendo a toda sorte de humilhações. Depois de esguicharem um spray de tinta vermelha sobre meu corpo, me abandonaram algemado e nu, numa rua escura de Jacarepaguá. Mas antes me advertiram que da próxima vez eu não escaparia com vida. (HYPÓLITO, 1978).

Ainda segundo Kronemberger (2018), o surgimento da Teologia da Libertação, da qual D. Adriano era adepto, surge a partir do Concílio Vaticano II (1962-1965) e a consequente difusão destas ideias a partir da Conferência Episcopal de Medellín, Colômbia (1968), foi fundamental para o entendimento da atuação do Bispo na Baixada. D. Adriano expressava através de *A Folha*, críticas ao posicionamento da Igreja Católica, que teria agido anteriormente “servindo interesses imperialistas” e é esse posicionamento voltado principalmente à defesa dos Direitos Humanos e justiça social que promovem uma rápida expansão e aceitação das ações da Igreja Católica na Baixada. A Teologia da Libertação foi fundamental para a articulação entre movimentos sociais e a população da região, servindo com veículo transformador da recepção de ideias mais progressistas pela população através dos líderes religiosos, que estudavam a Bíblia, em uma região pobre e violenta como a Baixada, localizada em um país cristão como o Brasil. Essa articulação se mostrava fundamental para a luta contra o regime. A luta e vida de D. Adriano, assim como sua importância na região, apontam a relevância de sua participação e entrevista na obra: “Um fim de semana na Baixada” a ser analisada

mais à frente. O Bispo buscava chamar atenção para os problemas da região das maneiras possíveis, sua entrevista a um documentário que seria mais tarde exibido na televisão e possivelmente fora do Brasil, auxiliaria em mais uma frente de alcance a respeito das necessidades da região.

É através das aproximações realizadas entre os pensamentos e colaboradores dos movimentos sociais, como a população operária local que a Igreja Católica funciona como um agente integrador, ligando dois elementos distintos, diminuindo ainda a rejeição das ideias marxistas pelo operariado. Os principais meios de difusões utilizados por D. Adriano foram o jornal litúrgico, “*A Folha*” fundada em 1974 e o *Boletim Diocesano*, que começou a ser publicado em 1969. Nesse sentido, os pensamentos e reflexões baseados na Teologia da Libertação ultrapassariam sua difusão nas regiões lideradas por líderes religiosos não conservadores, se tornando objeto de preocupação da Igreja Católica e dos estados. Como destaca Michael Löwy (1991), A Teologia da Libertação se tornou uma preocupação tanto da Igreja Católica quanto do Pentágono, sendo assim a Teologia da Libertação aparece como um desafio do poder que vai além do mero debate ideológico, promovendo a um novo parecer sobre a antiga teologia e o próprio trabalho executado pela Igreja. É no limite entre a religião e política que a Teologia da Libertação funciona como teoria e prática política desenvolvida na América Latina por padres, diáconos e bispos mais progressistas. Esses agentes foram fundamentais para o desenvolvimento de debates e consequentemente divisões no interior da própria Igreja. (LÖWY, 1991, p. 98)

D. Adriano e a Diocese de Nova Iguaçu, rompiam o limite do espiritual e auxiliavam a população da região no desenvolvimento e reflexões dos contextos políticos e de trabalho, segundo Gomes (2022), D. Adriano tinha uma grande preocupação com os problemas enfrentados pelos trabalhadores e seus familiares, seu posicionamento e apoio tinham como objeto a valorização do trabalhador e proteção de seus direitos. Entre as ações de D. Adriano estão, a criação da Comissão Diocesana de Justiça e Paz, a criação da Pastoral da Terra de Nova Iguaçu e a Pastoral Operária.

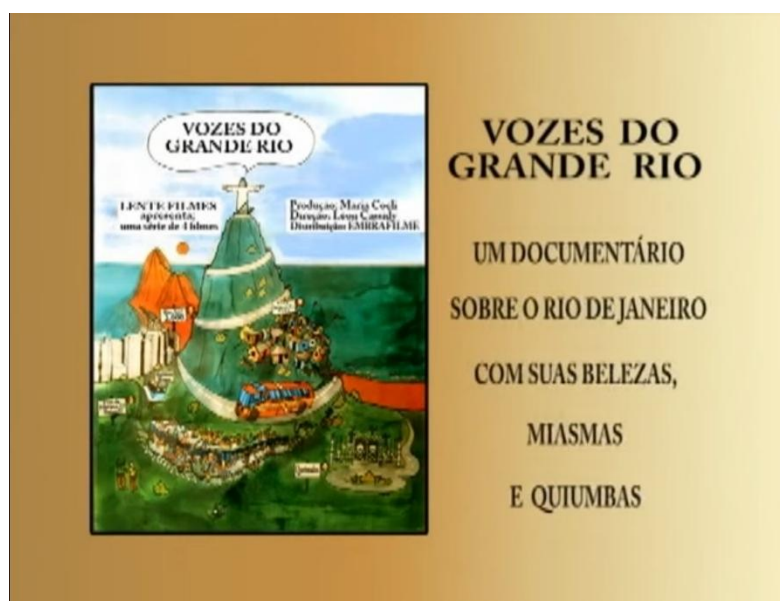
Ainda a respeito dos líderes religiosos da Baixada, Dom Vital Wilderink, ocupou o cargo de Bispo da Diocese de Itaguaí, fundada em 1980. A Diocese foi criada a partir de desmembramentos das Dioceses de Nova Iguaçu e Volta Redonda,

a pedido de ambos, Dom Adriano e Dom Waldyr, Dom Vital atuaria então na região de Itaguaí também sob os preceitos de luta por justiça social e Direitos Humanos, como também na luta de terra, assim como os demais o Bispo de Itaguaí também foi amplamente perseguido e observado pelos órgãos repressivos. Durante a pesquisa PIBIC “Entre a batina e a linha de montagem”, a documentação levantada do SNI sobre o Bispo apresenta-se principalmente na forma de dossiês referentes a investigações sobre a ação do clero progressista na Baixada. Onde atuou ainda como participante do Conselho Diretor do Centro de Estudos Bíblicos (CEDI) e participou do Encontro Latino-Americano de Comunidades Eclesiais de Base. Aparece ainda na documentação o registro do Boletim Formativo e Informativo *Boa Notícia*, das paróquias de Cachoeira de Macacu e Sant’ana de Japuíba, agradecendo o apoio de Dom Vital. Percebe-se a articulação realizada por bispos, diáconos e padres em movimentos sociais que visavam a melhoria das condições de vida da Baixada Fluminense, a inserção dessas Dioceses e participação ativa nas comunidades locais proporcionou não só a relevância política de membros da Igreja como Dom Adriano, mas também como possibilitariam mais tarde a pesquisa, realização e exibição do filme: “Um fim de Semana na Baixada” na Diocese de Nova Iguaçu e em demais cineclubes da Região.

Capítulo 02- “Um fim de semana na Baixada”: o cotidiano da Região apresentado sobre as lentes de um documentário esquecido.

Este segundo capítulo tem como objetivo a análise do episódio: “Um fim de semana na Baixada” terceiro capítulo do documentário intitulado “Vozes do Grande Rio”, dirigido por Leon Cassidy e produzido pela EMBRAFILME em 1977, de 51:46 minutos de duração. A obra divide-se em quatro capítulos de curta-metragem que foram produzidas inicialmente para a televisão, mas que seriam exibidas também em diversos cineclubes pelo Brasil. Esta pesquisa tem como objetivo a análise do terceiro episódio do documentário, que se passa na Baixada Fluminense, mais especificamente em Belford Roxo, na época, distrito de Nova Iguaçu, e atualmente município da Baixada.

Figura 3 - Capa do Filme



FONTE: VOZES DO GRANDE RIO. Direção: Leon Cassidy. Produção: Maria Coeli. Brasil: EMBRAFILME, 1981, Youtube, 00:21 minutos.

O filme retrata o que seria considerado um fim de semana comum, buscando apresentar o dia a dia da população local, que se apresenta como trabalhadores homens nordestinos, trabalhadores principalmente do setor de construção civil na cidade do Rio de Janeiro. Apresentando na forma como os moradores se relacionam entre si através da mão de obra solidária para a construção das casas locais, sendo o principal meio de construção da comunidade registrada, vide as limitações financeiras da população local. É através da solidariedade que as

casas, poços artesianos e demais construção de moradores eram construídas. O documentário apresenta ainda as dificuldades de acesso a recursos e ações do Poder Executivo da região através das entrevistas com os moradores que relatam entre outro problema a dificuldade de acesso a água. Outro fator destacado das falas dos entrevistados e do documentário em si, é a violência local, que através dos assaltos e assassinatos realizados pelo crime local e pelo Esquadrão da Morte aterrorizam os moradores e coloca em questão a capacidade da polícia de reação e o estado de bem-estar e segurança local.

Neste sentido, o documentário registra as articulações entre a população local, os métodos de solidariedade com a qual a classe trabalhadora se mobiliza, as dificuldades da segurança local e a interação e interesse com o poder público. O filme é um retrato cru das mazelas locais, mas que também apresenta entre os entrevistados pontos de vista que vão de encontro as ideias já pré-concebidas sobre a Baixada Fluminense, a obra consegue assim capturar não só os problemas mais reconhecíveis da Baixada, mas também apresenta uma população que é constantemente colocada em local passivo e de avaliação por um público externo. Desta forma, o documentário apresenta não só os problemas locais, mas também a cultura local, os sentimentos da população em relação ao poder público, a maneira como é coletada e dramatizada a violência dos assaltos e assassinatos locais que se transformam em entretenimento apresentado por grandes emissoras de rádio. Por fim, a obra apresenta também uma perspectiva diferente da comum, que através da imersão no cotidiano da população apresenta um lado pouco conhecido da Baixada, com sua cultura, religiosidade e população.

2.1. Um panorama da obra

O filme se inicia com a ida a Belford Roxo via a linha auxiliar do trem elétrico, apresentado no filme de maneira jocosa como “Cacareco”, as primeiras imagens dos trens já apresentam a superlotação dos transportes públicos enquanto viaja com as portas abertas, onde grupos de pessoas, principalmente homens se seguram nas portas. O trem sai da estação Central do Brasil e segue rumo a Baixada Fluminense, atravessando os municípios de São João de Meriti e Nova Iguaçu e finalizando sua viagem em Belford Roxo. O trem atua aqui como personagem importante na obra, mas também como figura central na vida de inúmeros

moradores da região, que devido ao trabalho que realizam na cidade do Rio, ou na busca de serviços públicos, faziam uso diário deste meio de transporte.

O tempo médio de viagem de um trem expresso saindo de Nova Iguaçu sentido Central do Brasil era de 50 minutos. Este tempo, contudo, se limitava aos raros dias que as linhas percorriam sem atrasos. O atraso do trem era um problema corriqueiro do transporte, onde era incomum que os veículos atrasassem a chegada na estação, e conseqüentemente sua saída, o que agravava ainda mais o volume de passageiros que aguardavam na estação. Além dos atrasos, havia ainda constantes interrupções da viagem, devido à problema na via ou de energia. Outro fator ainda era a quantidade de vagões, onde em horários mais movimentados o trem circulava com nove vagões carregando até duas mil pessoas, era comum que ao invés dessa quantidade, chegassem à estação trens com seis vagões.⁴ Esses e outros imprevistos diários aos trens transformavam viagens diretas e mais rápidas, em horários mais disputados e lotados, as viagens de trem parador levavam ainda mais tempo para realizar o trajeto, como pode ser observado nas entrevistas, entre a saída de casa e a chegada ao trabalho, geralmente realizado na zona sul do Rio, passavam-se em média de duas a três horas no transporte público, esse tempo seria ainda o mesmo do retorno dos operários que ao saírem por volta das 18 horas do centro do Rio, só retornavam a suas casas depois das 20 horas.

Em 1975, ocorreu nos dias 9 e 10 de julho uma paralisação de todas as linhas que passavam pela estação de Deodoro, um rompimento na rede elétrica havia causado o total colapso dessa parte da linha férrea, os atrasos, por consequência, geraram revolta na população que apedrejou os trens, bloqueou as vias e depredou as estações, dentre as estações depredadas encontram-se Nilópolis, Queimados e Nova Iguaçu na Baixada. Após não ser completamente solucionado no primeiro dia, o problema se agravou no segundo, culminando na interferência direta da Polícia do Exército e soldados paraquedistas, que ocuparam diversas estações já antecipando os problemas ocorridos no primeiro dia, os passageiros eram encaminhados para fora da estação, onde buscariam ônibus para a continuação de suas viagens, estes que por sua vez se superlotaram devido à demanda provocada pela paralisação. Esse acontecimento provocou cobranças as autoridades, gerando

⁴ *Jornal do Brasil*, 04 de abril, 1975. p. 23.

manifestações do próprio ministro dos Transportes na época, o general Dirceu Nogueira, que fez um apelo à população: “à gente nobre e ao operariado para que não destrua os trens, porque, mesmo ruins, eles podem servir mais do que quebrados.” Ele atribuiu ainda as depredações a má qualidade e ausência de transporte, prometendo uma melhoria acentuada do sistema férreo, e explicando que sua demora consistia no tempo necessário para a fabricação de novos trens, que era de três anos. A medida paliativa planejada pelo general era a compra de carros de trem de qualidade inferior produzidos pela indústria nacional, em três fases de 90, 120 e 300 carros, que começariam a ser entregues a partir do fim de 1976, ou a implementação de 30 a 50 ônibus estacionados nas estações de maior movimento que transportariam os passageiros em casos de falhas. O ministro lembrou ainda que essas medidas eram apenas estudos. A fala do ministro se destaca não só pela distinção clara entre a “gente nobre” e os operários que fazem uso dos trens, como também apresentou ideias vagas sobre possíveis soluções, sem garantias de que seriam implementadas nas ferrovias.⁵

Os problemas do setor de transporte público do Rio de Janeiro não eram novos, a dificuldade de movimentação e circulação dentro da cidade já era um problema anterior até mesmo a Ditadura Militar, como pode ser observado no curta-metragem “O Transporte dos Cariocas”, dirigido por René Persin e produzido por Jean Manzon. O filme, de 1954, retrata as limitações e superlotações dos transportes populares, problema esse que persistiria e reapareceria também na obra “Fim de Semana na Baixada”, os trens lotados com passageiros pendurados do lado de fora, os congestionamentos e dificuldade de acesso aos ônibus. O filme de Manzon apresenta um Rio de difícil navegação, em que as dificuldades de transporte produziram o fenômeno da lotação, um meio de transporte de capacidade reduzida, que disputava com os ônibus as vias e os passageiros, o filme então aponta para unificação dos serviços de transporte no Rio, como possível solução dos problemas, promovendo a concentração de recursos e diminuição dos custos de produção e manutenção de veículos, onde o treinamento de motoristas qualificados, produziria um transporte mais limpo e eficiente, o que aliviaria o trânsito do Rio. A proposta apresentada pela obra se limitava apenas ao trânsito do Centro do Rio, ignorando

⁵ *Jornal do Brasil*, 11 de julho, 1975. p. 6.

os problemas de transporte que advinham das regiões mais distantes do centro, como da Baixada Fluminense. Os problemas de transporte não se limitavam apenas ao trânsito e poluição visual da beleza do Rio, também se davam pela precariedade e insegurança que os transportes ofereciam aos seus passageiros. Problema esse que é acentuado pela desigualdade social, onde os veículos de menor qualidade circulam principalmente nas regiões mais distantes dos centros urbanos. A superlotação dos veículos, tanto dos ônibus, quanto dos trens era um dos principais motivos de reclamação da população. Os problemas apresentados em 1954 pelo filme de Manzon reaparecem em 1977 não resolvidos nas entrevistas realizadas pelo filme “Um Fim de Semana na Baixada”. Onde o trem e os ônibus que saem da Baixada sentido centro do Rio, enfrentam diversos problemas, entre atrasos e paradas.

Em seguida é apresentado na obra um baião de Vanderlei Moreira intitulado: “Não tem jeito não”, o baião comenta sobre a possibilidade de melhora de Belford Roxo, seguido pela percepção de não realização dessa possibilidade, exprimindo um sentimento de tristeza e aceitação, com a frase: “Acho que Belford Roxo, Deus já esqueceu”, posteriormente a música troca seu sentido negativo pela valorização da região através da ausência de poluição local, apontando sempre a dificuldade que é morar ali, apresentando assim uma clara produção cultural e musical da região, que foi capturada pelo filme. A música procurava retratar os problemas urbanos da cidade da seguinte forma:

Figura 3 - Baião: Não tem jeito não



FONTE: VOZES DO GRANDE RIO. Direção: Leon Cassidy. Produção: Maria Coeli. Brasil: EMBRAFILME, 1981, Youtube, 01:15 minutos.

Desde que eu nasci, ouvi falar que esse lugar ia melhorar

Agora cresci, isso não aconteceu.

Acho que Belford Roxo, Deus já esqueceu.

Não tem jeito não, não tem jeito não.

Isso aqui é Barra, é dose pra Leão.

Não tem jeito não, não tem jeito não.

Isso aqui é Barra, é dose pra Leão.

Aqui falta água, falta luz e condução.

Se passar mal de madrugada, só deus dá salvação.

Mas por outro lado, isso aqui é bom.

Aqui nem se fala (Viu moço) nessa tal de poluição.

Não tem jeito não, não tem jeito não.

Isso aqui é Barra, é dose pra Leão.

Não tem jeito não, não tem jeito não.

Isso aqui é Barra, é dose pra Leão.

Acho bom você lugar, logo se emancipar.

Talvez a coisa melhore, moço.

Mas não tem jeito não.

(Vanderlei Moreira, 1977)

Belford Roxo era, quando foi filmado, o quarto distrito de Nova Iguaçu, e tinha como autoridade um administrador regional e apenas uma delegacia de polícia, definida pelo narrador do filme como: “precariamente aparelhada”, destacando que a maioria dos moradores do bairro trabalham na cidade do Rio de

Janeiro e dependem de transporte público. A primeira família apresentada na obra é questionada sobre o número de filhos, os quais eram seis, entre crianças e adolescentes. Vale destacar que ao contrário dos demais personagens apresentados até aqui, o pai da família não é apresentado com nome ou identificação pessoal. A principal fonte de renda dos moradores era o trabalho na construção civil no Leblon. O trabalhador entrevistado segue apresentando sua rotina de transporte, apontando sua saída de casa às quatro da manhã e chegando em seu trabalho às sete horas, e retornando para casa às vinte e uma horas. O seguinte entrevistado apresenta sua opinião negativa sobre o bairro, destacando os assaltos constantes aos caminhões de entrega e a população, e a ausência do suporte policial. Ele destaca ainda o problema da falta de água, endêmico da região da Baixada Fluminense, que se estendia por mais de 45 dias.

Figura 4 - Um dos entrevistados não nomeados



FONTE: VOZES DO GRANDE RIO. Direção: Leon Cassidy. Produção: Maria Coeli. Brasil: EMBRAFILME, 1981, Youtube, 05:42 minutos.

Figura 5 - Entrevista com o repórter Paulo Cesar Pereira



FONTE: VOZES DO GRANDE RIO. Direção: Leon Cassidy. Produção: Maria Coeli.
Brasil: EMBRAFILME, 1981, Youtube, 11:20 minutos.

A violência se destaca como um dos problemas principais da Baixada Fluminense na obra, como fenômeno constante que atravessa a vida de todos os entrevistados. Reportagens que destacavam homicídios e assaltos na Baixada, lotavam os jornais cariocas. Notícias como: “3 Homicídios, 5 assaltos e roubo de carro”⁶, “2 agressões, 9 assaltos e 5 homicídios”⁷. São as mais comuns, apontando uma violência estatística. Os jornais locais como o *Correio da Lavoura*, também apresentava diversas notícias sobre a violência local, como: “Escola fechada por causa de assaltante” e “Marginais levam dinheiro e cigarros da panificação”⁸. A impacto local da violência chegou ao ponto de criação de mecanismos locais para o enfrentamento do crime. Como a mudança dos horários das missas em Nova Iguaçu, onde a Paróquia do Morro Agudo, modificou o horário da Missa do Galo, das 19 para 18 horas. Isso se deu pelo já conhecido hábito dos assaltos realizados às sextas-feiras, os assaltantes emboscavam os trabalhadores em busca das compras feitas nos supermercados, isso ocorria quando os trabalhadores, que recebiam a cada sete dias, iam imediatamente até os mercados comprar comida. Isso é um retrato das dificuldades da região, sobretudo da fome e insegurança, onde os

⁶ *Jornal do Brasil*, 14 de agosto, 1972. p. 37.

⁷ *Jornal do Brasil*, 02 de janeiro, 1974. p. 14.

⁸ *Correio da Lavoura*, 07 de agosto, 1975. p. 10

assaltos não se limitavam apenas sobre bens materiais, mas também sobre a comida, o que aponta possíveis crimes motivados pela fome na região.

Outro fenômeno facilitador dos assaltos, era a ausência de luz elétrica na região, somada a falta de policiamento, tais fatores aterrorizavam a população local, que era constantemente assaltada no retorno para casa, os assaltos se empilhavam de tal maneira, que não só era comum que a vítima fosse assaltada diversas vezes pelo mesmo assaltante, como também geralmente conheciam direta ou indiretamente o criminoso, como alguém que morava naquele bairro, ou próximo dali. Sobre o caso extremo de violência e roubo motivados pela fome, D. Adriano comenta:

Um mínimo de segurança, eis o que a sensatez exige para o progresso e desenvolvimento. Em nossa Baixada chegamos a uma situação de insegurança que desencoraja toda a iniciativa e atuação honestas. Deveremos todos baixar ao nível dos marginais para podermos viver aqui? Deveremos todos empregar os mesmos recursos para sobreviver? Os responsáveis podem tentar explicações técnicas ou sociológicas – geralmente superficiais e insustentáveis – quantas quiserem. Todo mundo vê e diz à boca pequena, inclusive pessoas lotadas na própria polícia, que a insegurança social na Baixada Fluminense é em grande parte fruto da atuação de uma força policial mal recrutada, mal preparada, mal remunerada. Os jornais relatam fatos de policiais coniventes com marginais. Basta pensar nas peripécias dos processos feitos contra os membros do chamado Esquadrão da Morte. (ANDRÉ; ARAUJO; BALTAR, 1975)

O documentário destaca o impacto do declínio da citricultura da região como principal causador do loteamento dos terrenos a baixos preços para imigrantes que não possuíam o capital necessário para se estabelecer na cidade do Rio de Janeiro, o narrador então enfatiza que: “O preço da terra na Baixada é menor que o custo do transporte”. Na ausência de infraestrutura local, o filme aponta que a construção das casas dos trabalhadores é realizada de maneira social, aos fins de semana durante as folgas dos moradores, com a ajuda de familiares e amigos. Este processo de construção comunitária destaca as articulações sociais desenvolvidas pela população mais pobre na ausência de recursos para o contrato da mão de obra. Esta situação da construção das casas pelos próprios moradores é um marcador presente na maioria dos domicílios apresentados nas obras. Contudo, com a construção da moradia, se faz necessário o acesso à água, que apesar de presente em alguns bairros pela via pública é pouco utilizada pela população local, que faz

sua coleta de água através da criação de poços artesianos. O acesso a água da recém-criada em 1975, Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE) era inconstante e sofria constantes interrupções de transmissão de água.

O transporte público é destaque seguinte da obra, que apresenta imagens de ônibus, descritos pelos entrevistados como inconstantes e superlotados. O bairro é marcado ainda pela ausência de asfaltamento das ruas. A dificuldade de locomoção e acesso ao transporte público é destacada pela maioria dos entrevistados, a ausência de veículos disponíveis dificultava a entrada e saída do bairro tanto para o trabalho, quanto para acesso a locais de saúde e lazer. O local, como destacado por um dos entrevistados, é carente de farmácias e clínicas locais o que aponta a necessidade da locomoção para centros urbanos maiores em busca de tratamentos de saúde.

A obra em certo momento começa a enfocar as entrevistas com jornalistas estabelecidos na região, sendo o primeiro entrevistado o repórter Paulo Cesar Pereira, do jornal “*O Globo*”. É importante destacar que os jornalistas possuem legendas com sua identificação, diferente dos moradores entrevistados. Paulo Cesar apresenta a emancipação do bairro de Belford Roxo do município de Nova Iguaçu como única solução possível para o enfrentamento dos problemas locais, onde afirma que seria a solução: “[...]dos problemas de água, luz, esgoto, promiscuidade e verminose que ataca 90% dessa população de Belford Roxo”. O recorte indicado pelo jornalista tem como marco de divisão municipal a via Dutra. Segundo ele, a emancipação traria consigo a criação de uma prefeitura, o que consequentemente teria juízes, prefeito, administradores regionais, secretário de saúde e secretário de obras e principalmente delegacias, ele destaca ainda que a população de Belford Roxo tem uma população acima de 400.000 habitantes. A entrevista seguinte é de Robinson Belém de Azeredo, jornalista do “*Correio da Lavoura*”, jornal mais antigo da região de Nova Iguaçu, fundado em 1917. O jornalista questiona se a região de Belford Roxo estaria suficientemente industrializada para a manutenção de renda do município, caso fosse emancipado.

A entrevista seguinte é do bispo de Nova Iguaçu, Dom Adriano Hipólito, que ressalta a clareza na identificação de Belford Roxo, no município de Nova Iguaçu e os demais municípios fronteiriços, Duque de Caxias, Nilópolis e São João de Meriti, como a Baixada Fluminense. Ele aponta, porém, que essa clareza dizia

respeito principalmente aos aspectos negativos da região, usando como exemplo a produção jornalística referente à Baixada, que foca principalmente no conteúdo da criminalidade e deixa de lado, o que na visão do bispo seria mais importante, “a construção de algo por esse povo sacrificado”. Essa entrevista é fragmentada ao longo da obra e apresenta as perspectivas do clérigo sobre a região da Baixada “e de seu povo”. O seguinte entrevistado é Luís Carlos Garcia, então repórter policial do jornal: “*O Dia*”, estabelecido na região de Duque de Caxias, município vizinho de Nova Iguaçu. O jornalista aponta a inexistência de especialistas que pudessem tratar de temas gerais na Baixada, chamando a atenção para o fato de que havia na região apenas repórteres que cobriam casos policiais, segundo ele: “Porque Caxias e o estado do Rio de Janeiro têm uma população enorme e esclarecimento mental muito curto, então os crimes mais pavorosos, vão ocorrer daqui mesmo, é daqui que sai a grande notícia”. Aqui podemos ressaltar a criação e manutenção do estereótipo do morador de comunidade, em que se ressaltam os problemas com violência e saneamento básico diretamente ligados ou que poderiam ser invisibilizados por apenas notícias de extrema violência, apresentando o bairro como lugar de pessoas ruins com baixa escolaridade. Na tentativa de corroborar com sua visão da Baixada, o jornalista enumerou os demais meios de notícia instalados na região de Duque de Caxias, mas que cobriam a Baixada como um todo, são eles: “*O Globo*”, “*TV Tupi*”, “*TV Globo*”, “*Rádio Tupi*” e “*Rádio Globo*”.

O seguinte repórter a ser entrevistado é Heraldo Peçanha, apelidado de “Jacaré”, o repórter pontua seu trabalho de percorrer diariamente as delegacias da região da Baixada Fluminense coletando o noticiário policial. As entrevistas recorrentes no filme são curtas e intercaladas com filmagens da região local, o que abre uma lacuna para entender que o recorte de seus conteúdos é restrito. Esses relatórios policiais eram enviados ao Sistema Globo de Rádio para serem segundo ele: “selecionados, adaptados, dramatizados e posteriormente transmitidos ao povo”. Em seguida era apresentada a vinheta do programa, que afirma: “Globo Patrulha, é a notícia policial ao vivo. Este programa não vai glorificar o crime, nem os criminosos, vamos ajudar a polícia a combatê-lo”.

Figura 6 - Reporter Heraldo Peçanha colhendo o noticiário policial



FONTE: VOZES DO GRANDE RIO. Direção: Leon Cassidy. Produção: Maria Coeli. Brasil: EMBRAFILME, 1981, Youtube, 16:10 minutos.

O crescimento demográfico é apresentado pela obra como rápido e desordenado, onde a Baixada Fluminense se destaca pelo crescimento populacional maior do que a cidade do Rio de Janeiro. Como foi abordado no capítulo 1, entre as décadas de 1870 e 1980 a população do Rio de Janeiro aumentou em 20.12% enquanto a população da Baixada Fluminense cresceu 39.73%, com destaque para a população de Nova Iguaçu que teve o aumento populacional de 50.56%. Os dados populacionais tiveram influência e grande aumento também no início do período industrial das décadas anteriores, em que 1950 para 1960 os números de pessoas que trabalhavam no setor industrial da Baixada Fluminense cresceu em 475%, basicamente passando de 34.643 trabalhadores industriais para 199.271. Tendo em vista que esse crescimento é abordado pelo filme de forma negativa.

Em sequência é apresentado conflitos e criações também culturais, aparecendo de forma sinuosa e provocativa, segundo a obra: “conflitos sociais agudos e fenômenos estranhos.” Para exemplificar os chamados “fenômenos estranhos”, o filme apresenta a entrevista de Daniel Maciel, autointitulado escritor de terror, que realiza uma apresentação onde ele é crucificado de cabeça para baixo, enquanto usa um traje de esqueleto, a crucificação é feita com pregos fixados atravessando as palmas de suas mãos, a apresentação é registrada pelo documentário na sua totalidade. Retornando ao problema de moradia na região, a

obra apresenta uma caverna em Duque de Caxias, que já havia sido ocupada por quatro famílias, à beira da estrada Rio-Petrópolis.

Figura política e polêmica da Baixada Fluminense, Tenório Cavalcanti, vulgo “O Homem da Capa Preta” é o próximo a ser entrevistado nesta obra. Ele abordou o tema da explosão demográfica da região ao afirmar:

Os trabalhadores daqui que trabalham no Rio na construção civil, fazem daqui dormitório, eles vivem do Rio e moram aqui. Enquanto os servidores do Estado, vivem daqui e moram lá. Os que tinham o dever de estar aqui para ouvir os gemidos das multidões sem nada vão dormir lá, e eles que não tem ninguém por eles lá, a não ser o mercado de trabalho, vem dormir aqui [...] e vivendo da previdência, assistindo televisão, bebendo água de poço, filtradas de possas, mantendo filhos com intestinos cheios de verme [...]

Figura 7 - Tenório Cavalcanti em entrevista para a obra



FONTE: VOZES DO GRANDE RIO. Direção: Leon Cassidy. Produção: Maria Coeli. Brasil: EMBRAFILME, 1981, Youtube, 23:00 minutos.

Retornando a um dos fragmentos da entrevista de D. Adriano, ele apontou a falta de comunidades para absorver os migrantes que chegam na Baixada, leva a população aos cultos da umbanda, espiritismo e pentecostais. Tentando se aproximar da religião de suas comunidades, comunidades de origem, o Bispo segue afirmando:

Aqui não, aqui é chamada área neutra, em que a pessoa se sente mais ou menos livre de escolher o que bem entender, não tem a pressão do ambiente, da comunidade, que força o sujeito a

praticar a religião. E eu tenho para mim que é uma questão assim de justiça, reconhecer que a fusão trouxe uma preocupação dos poderes públicos pelos problemas da baixada, por exemplo saúde, escola e transporte. Agora, há muita coisa ainda para fazer, o que está ainda é uma gota d'água em relação as necessidades do nosso povo, e essas necessidades são comuns: trabalho digno, transporte, saúde, escola, lazer e sobretudo o grande problema da segurança. (VOZES, 1981)

A obra segue então com o comentário do narrador sobre o saneamento na região, afirmando que apenas 10% das casas possuíam saneamento adequado. O filme destacou que o saneamento básico era responsável por 80% das doenças que atacavam os moradores, principalmente a população infantil, maltratada pela verminose. Apesar do tamanho populacional, a região de Belford Roxo, na época, não contava com nenhum hospital público, obrigando a população a se locomover para Nova Iguaçu ou para o centro da cidade em busca de atendimento médico. O filme apresenta imagens das filas de pacientes no posto do INPS em Nova Iguaçu.

Conforme apontado anteriormente, a obra apresenta o trem, chamado aqui de “cacareco”, como principal meio de transporte entre Belford Roxo e o centro do Rio de Janeiro. Entrevistas foram realizadas dentro do trem há caminho do centro, uma das pessoas entrevistadas trabalha em Ipanema. Ela reclamou da imprevisibilidade do transporte, em que o seu tempo de viagem poderia variar entre uma até três horas de duração, em virtude dos múltiplos atrasos, paradas imprevistas e constantes baldeações. A entrevistada, contudo, identificou o trem como o meio de transporte mais apropriado para o trabalhador se ele fosse um meio de transporte que, nas palavras, dela pudesse ser: “uma condução boa, se ele corresse no horário certo e se pudesse se contar com o trem na hora, principalmente para as empregadas domésticas”. O trabalho como empregada doméstica constituía-se como uma das principais formas de inserção da mulher no mercado de trabalho, sobretudo quando são consideradas as opções das mulheres da Baixada Fluminense de classes mais pobres, com acesso limitado a educação e demais serviços. Segundo Tatiane Pinto (2021):

Na década de 1970 estudos críticos sobre as trabalhadoras domésticas foram realizados, ressaltando sua exploração e estigma e, foi também nesse período, que o serviço doméstico adquiriu um estatuto de profissão, quando em 1972 a atividade foi regulamentada pela Lei 5.859. Com a crescente inserção das mulheres das classes média e alta no mercado de trabalho, houve um aumento no contingente de domésticas no Brasil e,

posteriormente, nos anos de 1990, havia a constatação de que a inserção de mulheres pertencentes às classes mais abastadas se devia, em grande parte, à transferência dos ‘serviços do lar’ para essas trabalhadoras. (PINTO, 2021, p. 4)

Nesse sentido, o documentário se encontra numa década de virada das condições e de luta das empregadas domésticas, quando levamos em consideração a lei de 1972, o processo contudo, continuaria até os dias atuais, tendo como marco a aprovação da “PEC das Domésticas” no ano de 2013. A distância entre a Baixada Fluminense e os locais de trabalhos das empregadas domésticas, sobretudo na zona sul do Rio, atravessa a vida e as condições de transporte de trabalhadoras como é visto no filme, que enfrentavam trens lotados, com atrasos e problemas. Somavam-se a isso ainda as inseguranças locais em relação aos crimes de assalto e sobretudo aos crimes sexuais. Essas mulheres saíam de suas casas e retornavam apenas de noite, para uma região que sofria comumente de falta de luz e água, onde nem mesmo o trem se configurava como local seguro, vide o caso de Maria Vitória Moraes de 18 anos, que foi atacada e estuprada por dois guardas da Rede Ferroviária Federal, onde os guardas foram liberados pela polícia, após alegarem que Maria era “uma prostituta conhecida da região.”⁹

A entrevista seguinte é de outro morador da região que é perguntado através da janela da condução, com o corpo do lado de fora do veículo, se segurando apenas pela mão. Ele destaca a necessidade de uma linha mais rápida e que possa atender um número maior de passageiros. Outra opção apresentada na obra é o ônibus da Viação Caravelle, o veículo aparece cercado por inúmeros passageiros que aguardam a parada e que, sem demora, adentram o transporte. É importante destacar que o embarque é realizado pela parte traseira do ônibus, onde uma porta na lateral se abre a uma altura superior à das rodas do veículo, é possível observar nas filmagens uma senhora que necessita de auxílio para subir no veículo.

O narrador descreve que, segundo a um recente levantamento realizado pela Organização dos Estados Americanos (OEA), Belford Roxo é considerado um dos lugares mais violentos do mundo, onde em um período de 50 dias, 75 corpos foram encontrados pela polícia, com uma média de 360 assaltos por mês. Essa informação, contudo, aparece na obra de forma equivocada. Segundo Marcelo Sales

⁹ *Jornal do Brasil*, 14 de julho. 1978, p. 26.

(2021), essa notícia derivaria de um relatório produzido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), aparecendo pela primeira vez em uma reportagem da *Revista Veja* nº 501 de 1978, o repórter Antônio Carlos Fon assina a notícia. Notícia essa que tinha como objeto a investigação da violência na região, citando um relatório que nunca existiu da UNESCO. Essa notícia levou a grupos da Baixada a questionarem diretamente a UNESCO, em que a organização respondeu através de seu representante no Brasil, que nunca havia promovido qualquer pesquisa sobre a violência no local. Em outra notícia, o repórter Percival de Souza, do *Jornal Tarde de São Paulo*, escreveria que segundo uma pesquisa realizada em 95 países, de 1971 a 1976, Belford Roxo apareceria como local mais violento do mundo. Ainda segundo Marcelo Sales (2021):

O jornal O Globo na época apurou que a pesquisa feita pela UNESCO não foi sobre a violência e sim sobre “pessoas excepcionais”. O projeto de construção do Centro Interescolar de Excepcionais Castorina Faria Lima, no bairro Monte Líbano, em Nova Iguaçu, elaborado pela Coordenação de Educação Especial da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, informava que em 1977, de acordo com estimativas em 95 países, de números de crianças que internacionalmente recebem educação especial, foi estabelecido que 8% dessas crianças em escolas primárias são excepcionais. (SALES, 2021, p. 11)

Ironicamente, a notícia sobre a falsa pesquisa da UNESCO se popularizou de forma que fortaleceu a criação da imagem de uma Baixada e uma Belford Roxo, extremamente violenta em comparação até mesmo com o resto do mundo e a guerras. Outro aspecto irônico é o fato de que a pesquisa original produzida pela UNESCO estava relacionada à Educação Especial e não sobre à violência e que, apesar da visita do então candidato à Presidência, João Figueiredo, para a abertura de uma escola para crianças com necessidades especiais baseada na pesquisa da UNESCO foi menos espalhada que a notícia falsa. Uma mentira que vende, sobre a violência na região, teve muito mais alcance do que uma verdade positiva sobre a criação de uma nova escola, apresentando mais uma vez como o processo de formação de uma identidade da Baixada pelo viés da violência foi e ainda é muito mais interessante do que a apresentação de outras perspectivas.

Dona Dulcileia, a próxima entrevistada, afirmou que já foi assaltada dez vezes na região, e em sua casa atual já havia sido assaltada três vezes. Ela descreveu

suas experiências com os assaltos e a interação com eles em sua mercearia, após um primeiro assalto, o grupo de assaltantes prometeu retornar à mercearia, e assim o fizeram um mês depois. Incomodados pela pequena quantia que encontraram na caixa, devido ao recém pagamento dos comerciantes a seus fornecedores de bebida e cigarros, os criminosos agrediram um dos atendentes e o marido de Dulcileia, que após o protesto dela, foi levado para outro cômodo e executado a tiros. Seu relato e sua experiência apresentados na entrevista concluí que nunca havia denunciado nenhum desses crimes à polícia, nem mesmo a morte de seu marido, o que aponta para tamanho descaso para com a população e a descrença da população e o sentimento de abandono do bairro pela força policial e prefeitura. O filme funcionaria assim como uma primeira denúncia de Dulcileia aos crimes sofridos por sua família, exemplificando assim não só a relação da população com o crime local, sua vivência diante do terror e da violência, mas também da relação com a polícia e segurança pública. Sua fala é marcada não somente pelo sofrimento de suas perdas, como também pela ausência total de relevância das ações das forças policiais.

Figura 8 - Dona Dulcileia



FONTE: VOZES DO GRANDE RIO. Direção: Leon Cassidy. Produção: Maria Coeli. Brasil: EMBRAFILME, 1981, Youtube, 30:30 minutos.

O filme retorna com a entrevista de Dom Adriano, onde o bispo disserta sobre a impunidade local:

A criminalidade, a meu ver, não seria excepcional se contratada em proporção ao tamanho da população. Aqui o problema é a impunidade, quando há uma preocupação da polícia em investigar e limpar a própria polícia, como acontece agora, são preocupações de momento, que não permanecem. (VOZES, 1981)

Figura 9 - Dom Adriano em entrevista da obra



FONTE: VOZES DO GRANDE RIO. Direção: Leon Cassidy. Produção: Maria Coeli. Brasil: EMBRAFILME, 1981, Youtube, 13:42 minutos.

Resultado das condições limitantes da baixada o narrador afirma: “A grande concentração de pobreza na área, o encontro de uma massa de pessoas vindas de diversos locais que ainda não conseguem viver entre si, a falta de condições urbanas para um policiamento normal, tudo isso leva a violência a seu ponto culminante através do fenômeno da repressão ilegal, a execução sumária resultado do conflito de duas normas sociais, uma que afirma que todo cidadão tem direito à defesa e a outra que diz que o crime não compensa.”

O repórter Heraldo Peçanha, aparece então na divisa entre Caxias e São João de Meriti, onde o grupo de extermínio costumava descartar os corpos com o intuito de dificultar as ações das polícias de ambos os municípios, onde aponta a necessidade de que os criminosos decidam em qual município serão despojados os corpos de suas vítimas, caso contrário seriam perseguidos por ambas as polícias. Diversas imagens de manchetes de jornais sobre a violência local são intercaladas com imagens de corpos, culminando no sacrifício gravado de uma galinha, e som

de tiros e sirenes policiais são trocados por sons de tambores, servindo de transição para o próximo bloco da obra, referente às religiões de matriz africana locais.

O primeiro entrevistado deste segmento é a entidade Pai Vacuro, discursando sobre o objetivo da oferenda: “Para que um filho de Deus não sofra um desastre ainda não escrito no plano astral, faz-se a oferenda de um animal.” A entrevista foi realizada na Tenda Espírita Nossa Senhora das Graças: Emissão de Xangô, na região de Areia Branca em Belford Roxo. O segundo entrevistado é Nilo de Almeida, o membro que recebe a entidade de Pai Vacuro, explicando seu papel como “Preto-Velho” na linha das almas. Segundo Nilo, Vacuro era um político local de uma época anterior, responsável pela “proteção dos oprimidos”, que retorna como espírito para redimir o que não cumpriu em sua época. A entidade descreve sua luta nos quilombos em 1817 contra a escravidão e a ausência de direitos. Imagens da cerimônia servem de transição para a segunda entrevista, da enfermeira Mercês Moura, moradora de Belford Roxo, que comenta sobre a entidade Maria Padilha e suas características, em seguida, o filme entrevista Maria Padilha que comenta sobre sua vida anterior e sobre como ela auxilia as pessoas que a procuram. O filme se encerra com o fim da entrevista de Maria Padilha, homenageando o educador Manoel de Almeida, fundador da Escola Caio Martins.

Figura 10 - Pai Vacuro



FONTE: VOZES DO GRANDE RIO. Direção: Leon Cassidy. Produção: Maria Coeli. Brasil: EMBRAFILME, 1981, Youtube, 37:43 minutos.

2.2. Do popular: O trabalhador e a Cultura local

O filme de 1977 tem como objetivo, como destaca o nome do episódio, de apresentar a Baixada Fluminense, sobretudo o bairro de Belford Roxo em Nova Iguaçu, em um fim de semana. Peça interessante da abertura é a apresentação da música: *Não tem jeito não*, de Vanderlei Moreira. A canção apresenta um sentimento de revolta local com os problemas de infraestrutura da região, porém ainda exaltando aspectos da vida local. A letra destaca ainda um desejo de emancipação da região, como possível resposta aos problemas locais, processo esse que só ocorreria em abril de 1990. Este sentimento de emancipação é ecoado ao longo da obra por diversos entrevistados.

A obra tem como foco inicial a entrevista de moradores locais, estes que não tiveram seus nomes legendados como os demais entrevistados. O dia a dia destes trabalhadores é marcado pelas dificuldades relacionadas ao acesso a recursos públicos como saneamento e transporte, onde enfrentam longas jornadas de trabalho com condições de traslado precárias. Devido a característica de ser gravado em um fim de semana, o documentário consegue capturar estes trabalhadores enquanto realizam obras em suas próprias casas, uma grande maioria de trabalhadores braçais do ramo de construção, estes homens dependem dos fins de semana em que não trabalham e da ajuda de amigos e familiares locais para a construção e manutenção da própria moradia. As moradias em sua grande maioria não possuem acesso a água tratada, dependendo do uso de poços artesianos. Ligada fortemente a história do abastecimento de água da própria cidade do Rio de Janeiro, a região sofria com falta constante de água, como apontado pelos depoimentos. Inaugurada em 1955, a Estação de Tratamento de Água do Guandu (ETA Guandu) foi, na época, considerada uma das maiores obras de engenharia do mundo, sendo certificado pelo Guinness World Records no ano de 2007 (ESTAÇÃO [...], 2007), ela tinha como objetivo principal o abastecimento da cidade do Rio de Janeiro, atendendo até mesmo a região da zona sul, além de atender também toda Baixada Fluminense, apesar de disponível, a água da região contava com constantes interrupções. A ETA Guandu recebeu diversas obras para aumentar sua capacidade, que promoveram escassez na Baixada Fluminense, essas obras atenderiam ainda as reivindicações das lideranças locais, que somadas a obras de saneamento básico e facilitação de acesso a água, melhorariam a vida dos moradores locais. Além deles,

seria beneficiada ainda a indústria local que dependia do acesso a água e demais serviços.¹⁰

Na procura de notícias e “furos” de reportagens sensacionalistas, os mais diversos jornais e emissores enviavam a Baixada Fluminense repórteres que se assentavam e vivenciavam os problemas locais. Entre eles, Paulo Cesar Pereira do jornal “*O Globo*”, ecoa a ideia de emancipação da região como possível enfrentamento dos problemas locais, a emancipação traria consigo todo um aparato político de servidores que desenvolveriam a infraestrutura local. Em contraponto ao pensamento do repórter “*O Globo*”, o jornalista Robinson Belém de Azeredo, do “*Correio da Lavoura*”, jornal local de Nova Iguaçu e fundado pela família Azeredo, questiona se Belford Roxo teria capacidade de arrecadação e manutenção de renda para a manutenção do município a ser criado. O seguinte repórter a ser entrevistado é Luís Carlos Garcia, do jornal: “*O Dia*”, onde destaca que devido ao baixo esclarecimento mental e grande população, é da baixada que saem as grandes notícias, os crimes chocantes e elevada violência local era um dos principais motivos de interesse dos jornais. Esse fenômeno do interesse na violência era alimentado na região pelos repórteres de polícia, que percorriam as delegacias em busca dos crimes que poderiam virar manchetes, entre estes repórteres está Heraldo Peçanha, apelidado de “Jacaré”. Esse material coletado era então tratado e dramatizado para a transmissão do programa de Rádio: “Globo Patrulha” – A cidade contra o crime, os programas policiais se tornaram fenômenos na década de 60 e 70, eram recordistas de audiência, além do programa da Rádio Globo, havia ainda o programa “Patrulha da Cidade” da Rádio Tupi.¹¹ As dramatizações dos crimes eram feitas principalmente de maneira humorística, com frases de efeito e deboches, o que promoveu punições dos programas pela Censura da Polícia Federal, tendo assim seus horários de transmissão alterados, os programas recebiam constantes advertências devido ao tom de deboche e ao linguajar utilizado.¹² Nesses programas as violências sofridas por moradores locais se transformavam em entretenimento de rádio com o objetivo de assombrar e provocar risadas nos ouvintes, o sofrimento

¹⁰ O Fluminense, 4 de maio. 1979, p. 23.

¹¹ Cinelândia, edição 272, 1964, p. 10.

¹² Diário de Notícias, 26 de maio, 1973, p. 01.

transformado em espetáculo se tornava assim motor de toda uma indústria que lucrava via anunciantes e vendas com os problemas da região.

Figura 11 - Trabalhador entrevista enquanto se pendura do lado de fora do trem devido a superlotação



FONTE: VOZES DO GRANDE RIO. Direção: Leon Cassidy. Produção: Maria Coeli. Brasil: EMBRAFILME, 1981, Youtube, 28:56 minutos.

Outro problema estrutural da região é o transporte público limitado e precário, o trem era um dos principais meios de acesso dos trabalhadores locais as zonas de trabalho no Rio de Janeiro, devido à grande demanda e volume populacional, os trens da linha Belford Roxo se encontram extremamente lotados, sua inconsistência de horários e constantes paradas, dificultava o acesso ao centro. Além do trem, o transporte se fazia possível também via ônibus, estes que sofriam das mesmas mazelas de superlotação dos trens, que eram fundamentais para a movimentação também entre os territórios da Baixada. Movimentação essa necessária vide a falta de acesso a serviços do bairro de Belford Roxo, a ausência de hospitais locais criava na população a necessidade de movimentação em busca de acesso à saúde nos centros de Nova Iguaçu e do Rio de Janeiro. A saúde local era extremamente precária e o baixo acesso ao saneamento básico e água potável agravava os problemas de verminose, principalmente nas crianças.

Fator determinante no imaginário da Baixada Fluminense, a violência é retratada de diversas maneiras na obra, com destaques a reportagens e programas dedicados ao relato dos crimes. Personagem central de reclamação dos entrevistados, a polícia militar era insuficiente para o atendimento da população

local, um sentimento de descrença e abandono pela polícia se encontra presente na fala de diversos entrevistados. O volume de crimes e limitação de contingente policial eram fatores que facilitavam a produção e manutenção de poderes paralelos, os grupos de extermínio chamavam atenção para uma baixada que carecia de poder público, a ação dessas quadrilhas era extremamente violenta e apareciam constantemente nos jornais da época. Em que medida o documentário se apresentava como denúncia, mas também reforçava estereótipos?

Capítulo 03 – Recepção da Obra e sua Censura

Este capítulo tem como objetivo a apresentação e análise de informações da recepção do filme, sua censura, os meios em que circulou e sua repercussão na mídia. Dado a sua característica independente, o filme-documentário enfrentou dificuldades em se inserir no espaço midiático, apesar de produzido já com o propósito de ser vendido para as emissoras de TV em 1977, o filme só conseguiria espaço para exibição mais tarde, em 1979. A partir de manchetes e notícias de jornais entre 1978 e 1984 é possível entender parte da repercussão da obra, além de sua trajetória de exibição em cineclubes, na TV e em diversos outros espaços.

O filme encontrou ainda dificuldades em relação a sua censura, sendo apenas autorizado para distribuição e exibição em território brasileiro, impedindo assim a venda do filme para exibição fora do Brasil, o que limitou o alcance da obra. Mais tarde, o filme seria novamente alvo da censura, através da Agência Central do SNI em 1982. No informe de janeiro deste ano, o filme reaparece com informações e participações destoantes das publicadas pelos jornais da época. Essas novas informações direcionariam assim a obra para um cenário de atenção e vigilância dos órgãos de repressão.

3.1. Os espaços por onde ecoam as “Vozes do Rio”: cineclubes e eventos

O filme aparece pela primeira vez nas páginas do jornal *Correio Braziliense* em 1978, a reportagem em questão apresenta a produtora da obra, Maria Coeli, que já estava há dois anos longe de Brasília. Curioso notar que a primeira menção a obra se faz em uma coluna que tinha como foco figuras públicas, entre celebridades, políticos e produtores culturais. Segundo a publicação: ‘Vozes do

Grande Rio' é um trabalho que deve ser visto por sociólogos, urbanistas, psicólogos, estudantes, criminalistas, pois foi feito especialmente para estas classes verem os fragmentos de uma metrópole perdida".¹³ Observa-se um recorte classista que reduz o público-alvo, de uma sociedade mais ampla para as classes que poderiam influenciar de alguma maneira a alteração daquele cenário. O texto aponta ainda para as dificuldades enfrentadas na produção de um filme independente, sem o apoio de entidades próprias. Apesar de listada na produção da obra, a Embrafilme aparece principalmente como distribuidora da obra, sua atuação é constantemente referenciada de forma negativa nas entrevistas prestadas pelo diretor Léon Cassidy e pela produtora Maria Coeli.

O documentário em quatro partes teve sua pré-estreia no Cineclube Santa Teresa no dia 03 de fevereiro de 1979, além de aparecer na programação do cinema semanal, o filme ganhou destaque na reportagem do *Jornal do Brasil*, onde há uma breve apresentação do tema e comentários do diretor, um deles busca resumir a obra e falar brevemente de sua produção:

A ideia básica do filme era documentar as contradições e os problemas urbanos da grande cidade, no caso, o Rio, partindo de uma linguagem popular que se aproxima de Rádio. Por esse motivo a narração é em estilo radiofônico, com três locutores especializados: Afonso Soares, Antônio Carlos Bianchini e Samuel Correa. À medida que avança, o filme vai entrando aos poucos numa análise mais profunda dos problemas, e aí se estabelece a linguagem do documentário. Foram seis meses de pesquisa de campo e arquivo e dois meses de filmagens.¹⁴

O estilo radiofônico citado pelo autor seguiu nos modelos das produções de rádio policiais, como a Globo Patrulha, a qual faz aparição no episódio referente a Baixada Fluminense. O tom humorístico do filme com comentários irônicos feitos pelos locutores marcava este estilo tão popular na época. Pela própria dinâmica da produção, que tem seus episódios iniciais em Copacabana, nos episódios que retratam a Baixada Fluminense, o tom humorístico é fortemente reduzido do primeiro episódio da série de curtas-metragens para os demais, na medida em que se afasta da zona sul do Rio, o tom dos filmes muda nos episódios de número dois até o quatro, onde os comentários humorísticos vão dando espaço para discursos

¹³ *Correio Braziliense*, 08 de janeiro de 1978, p. 39.

¹⁴ *Jornal do Brasil*, 03 de fevereiro. 1979. p. 30.

mais sóbrios e a dados de pesquisas referentes a região. Indo até mesmo de encontro com o estilo radiofônico, ao destacar como as produções de programas policiais buscavam nos lugares de maior violência suas manchetes e encenadas de maneira cômica, o que suavizam a percepção e o impacto da violência local, levando assim a necessidade da mudança de tom em respeito a gravidade da situação de violência da Baixada, como disse Cassidy.

Enquanto aguardava a negociação para a transmissão na televisão, os cineclubes, sobretudo, o de Santa Teresa, foram locais do contato inicial dos cariocas com a obra. A cultura dos cineclubes foi fundamental para o desenvolvimento e alcance das obras independentes da cinematografia brasileira e foi em paralelo a televisão um dos principais locais onde a obra seria exibida ao longo dos anos. É importante destacar que os cineclubes não se limitavam apenas a apresentação das obras, mas consistiam ainda da discussão e reflexão dos conteúdos presentes nos curtas-metragens, onde muitas das vezes tinham a participação do próprio diretor ou produtora da obra, como no caso de “Vozes do Grande Rio”, em que ambos Léon Cassidy e Maria Coeli participaram das discussões referentes ao filme e sua produção nos cineclubes. A reportagem expõe ainda um problema que seria central para a projeção do filme: a proibição para a exportação do documentário. “Na fase atual que se vive, a realidade é mais cinematográfica que uma história de ficção. A realidade do Rio dá uma ideia bem clara desse cotidiano urbano sufocante. Não entendi a proibição para a exportação. Acho que é medo de mostrar uma verdade que todo mundo vê”, afirmaram os produtores. Afinal, o filme fala das coisas que todo mundo sabe, como o aumento da população, migração interna e suas consequências, favelas, poluição, violência e os fenômenos da economia, acrescentaram. “No momento pensamos na TV, para depois tratarmos de exibição nos cinemas. Agora serão feitas exibições para pequenos grupos, pois nosso desejo é discutir o filme, promover debates nos mais diversos lugares, desde cineclubes ao salão paroquial da Igreja de Jacarezinho. Dessa forma discutiremos os problemas da comunidade, que nos afeta de alguma forma.”¹⁵ A censura se deu, no entendimento do diretor, como maneira de influenciar o impacto da obra na percepção internacional sobre o Brasil, mesmo diante de um momento de

¹⁵ *Jornal do Brasil*, 03 de fevereiro. 1979, p.30.

continuação da abertura política no governo do recém-eleito João Figueiredo (1979-1985).

Orçado em 800 mil cruzeiros devido a sua filmagem em cores, o filme levou dois anos, entre a pesquisa, filmagem, montagem e a burocracia do Certificado de Liberação. O dinheiro para a obra foi levantado pelo próprio diretor em parceria com a produtora, que necessitaram da venda de um apartamento e de empréstimos bancários. A obra foi oferecida a diversas emissoras de TV, entre elas, a Globo, TV Bandeirantes, TV Tupi e TV Educativa. Segundo o diretor, a Globo e a TV Bandeirantes se restringiam a produções internas, já no caso da TV Tupi, apesar da mais aberta às obras externas, o diretor da emissora que assistiu aos filmes comentou que não poderia exibi-los por falarem a verdade. A apresentação do filme, assim, parecia incomodar tanto para a percepção externa, quanto para a percepção interna do país. A obra conseguiu finalmente um espaço na TV aberta através da TV Educativa, em julho de 1979, às terças-feiras, às 23 horas como uma série de quatro episódios. Para Cassidy, o filme só foi exibido na TV Educativa por ter como distribuidora a Embrafilme.¹⁶

Pouco antes do lançamento na TV, o filme foi exibido na Feira Possibilidade, o evento contava com a participação dos mais diversos grupos, com o objetivo de revitalizar em Brasília o gosto pela criação e livre expressão através da produção de um evento cultural com circulação de ideias, apresentação de fotos, poemas e filmes. O evento contou ainda com a participação de um grupo feminista de Brasília, que realizou a venda de livros no evento. Dentre as diversas apresentações, o filme “Vozes do Grande Rio” foi exibido no dia 16 de março de 1979.¹⁷ Exibição essa que seria mais tarde elogiada por Ziraldo¹⁸, que afirmou o seguinte:

Vi em Brasília, na Feira da Possibilidade realizada pelos jornalistas, uma série de quatro filmes feitos para a televisão intitulada “Vozes do Grande Rio”. O filme tem direção de Léon Cassidy e foi produzido por Maria Coeli. Mostra com enorme sinceridade e muita criatividade, faces insuspeitas do Rio, todas na nossa cara aí, sem que a gente preste atenção nelas. Fazer arte é isso, mostrar, de com força, o que as pessoas não estão vendo. Espero que a televisão mostre ao Brasil inteiro o mais rápido possível. Eu acho também que ele devia ser levado em todas as universidades do país.” (VALEU, 1979)

¹⁶ *Jornal do Brasil*, 28 de junho. 1979, p. 48.

¹⁷ *Correio Braziliense*, 13 de março. 1979, p. 16.

¹⁸ *O Pasquim*, 06 de abril, 1979, p. 30.

Com o lançamento da série de filmes na TV Educativa, o *Correio Braziliense* publicou uma extensa entrevista com Léon Cassidy a respeito da obra, onde o diretor tratou dos aspectos da produção. Quando questionado a respeito das ferramentas que utilizou para realizar as entrevistas, Léon responde:

Utilizei diversas técnicas e estratégias. Em Jacarezinho foi muito fácil conseguir os depoimentos, pois a Associação dos Moradores nos ajudou. Se nós indagávamos da possibilidade de entrevistarmos um malandro, eles logo indicavam um conhecido, se queríamos um sambista eles sugeriam vários. Na Baixada Fluminense, porém, foi mais difícil, devido a sua extensão e ao fato de a comunidade ser mais retraída. Sua população é composta de pessoas recém imigradas, a maioria nordestina. Além do mais, eles vivem muito isolados. Para resolver este problema utilizei a ajuda de vários repórteres policiais que cobrem a área. Estes repórteres foram meus guias.¹⁹ (VOZES, 1979)

Aqui a dificuldade de acesso à região, bem como o território extenso e a distância dos locais de moradia da Baixada Fluminense dificultaram o processo de filmagem da obra. Outro ponto destacado também é a forte presença de moradores recém migrados do nordeste do Brasil, que se fixaram na região devido, principalmente, ao custo de vida e aluguel mais barato em relação ao centro do Rio de Janeiro. Quando questionado sobre a exibição do filme nos locais onde foi gravado, Léon comenta sobre a exibição do episódio “Sei lá Jacarezinho Sei lá” no Jacarezinho, que contou com o amplo interesse da comunidade, sobretudo com as crianças da região que reagiram fortemente ao ver seu cotidiano filmado. Sobre a Baixada Fluminense, o diretor afirmou manter ainda contato com a Diocese de Nova Iguaçu, com o intuito de exibir o filme no local e garantido que a difusão da obra se dará principalmente pela TV.²⁰ Esse desejo de exibir o filme na Baixada, seria realizado mais tarde, não se limitando apenas à Diocese de Nova Iguaçu, mas também exibindo o filme em diversos cineclubes pela Baixada.²¹ Levando em consideração as condições de moradia da maioria dos moradores de Belford Roxo na época, que conviviam constantemente com a falta de luz, e, portanto, possuíam

¹⁹ *Correio Braziliense*, 21 de março de 1979, p. 21.

²⁰ *Idem*, p. 22.

²¹ *A Luta Democrática*, 04 de abril de 1980, p. 04.

acesso limitado à TV aberta, a exibição do filme na diocese e cineclubes, garantiu, mesmo que parcialmente, que a obra alcançasse aqueles que participaram ativamente da sua produção, e que foram sobretudo a matéria-prima do documentário sobre sua região.

Os filmes seriam exibidos ainda no Congresso Brasileiro de Arquitetos em Brasília. A reportagem que cobre a exibição do filme no evento é do *Correio Braziliense* e contém em si um comentário a respeito do desenvolvimento dos curtas-metragens.²² Onde o escritor da notícia declarou:

O filme começa em Copacabana, carregado de humor e denuncia e vai entrando na barra pesada. Até chegar ao fundo do poço. E neste fundo do poço, a Baixada Fluminense, as pessoas são tratadas como bichos (não pelo filme, é claro). Há uma cena que marca qualquer um: Os policiais jogam alguns “presuntos numa maca, para seguir, colocá-los no carro funerário”. Corpos seminus, os mortos são pisoteados e jogados como se fossem bonecos de pano. Ali, a dignidade humana perdeu sua hora e sua vez. E o humor? Leon confessa: “a situação era muito trágica, para se brincar com ela. (VOZES, 1979)

A ideia de um “fundo do poço” destaca aqui uma visão cristalizada da Baixada Fluminense, quando comparada a Copacabana se torna uma das piores possibilidades de vivência, o comentário ainda complementa como na Baixada as pessoas são tratadas como animais, comentário esse que é seguido por uma tentativa de humor que afasta o filme desse tratamento. Expressando, assim, uma concepção da Baixada onde não só o bairro e a localidade se colocam em um lugar inferior aos do centro do Rio, como também onde as pessoas são habitualmente tratadas e reconhecidas como menos do que seres humanos. A ideia de um local sem regras, onde a dignidade humana se perde, se torna fundamental na criação de um estereótipo que oblitera qualquer pessoalidade e produção do povo que ali mora. Além de reduzir os corpos das vítimas de violência a “presuntos” a serem descartados, onde a violência se dá no local contra os vivos e depois novamente contra os mortos, através da profanação de seus cadáveres pela indiferença e para o choque dos que vivem distantes do “fundo do poço”.²³

²² *Correio Braziliense*, 04 de novembro de 1979, p. 40.

²³ *Idem*, p. 40.

Após essas exhibições iniciais em cineclubes e eventos, a obra só retorna as grandes telas em 1984, onde passa a ser reexibida no Cineclube dos Jornalistas em Brasília.²⁴ Dentro os outros espaços em que foram exibidos os filmes se destacam também suas passagens por universidades e escolas, Maria Coeli comenta para o *Correio Braziliense*, ainda no ano de 1981, que o filme já havia sido exibido nas universidades Faculdade Santa Ursula, no Rio de Janeiro e na Universidade de Brasília (UnB) para turmas de artes e pedagogia, no Instituto de Educação de Belo Horizonte e no Congresso Nacional de Favelados realizado em Belo Horizonte. Outra universidade em que os curtas-metragens foram apresentados em especial foi no Centro Universitário de Brasília (CEUB), onde Maria Coeli lecionava a disciplina de cinema e teatro. O pedido da exibição teria vindo direto dos alunos, estes eram em sua maioria funcionários do governo, entre eles, se encontravam estudantes que ocupavam cargos de assessorias de imprensa em órgãos do governo. Sobre esses alunos Maria Coeli comenta: “Eles pertencem ao terceiro e ao quarto escalões do governo que não detém ainda o poder, mas precisam ter consciência de que um dia terão. Só por morar em Brasília eles já tem mais possibilidade que 90% da população.”²⁵

“Vozes do Grande Rio” conseguiu através dos cineclubes e eventos, se difundir por diversos locais do Brasil, entre Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília. Além de ter sido amplamente coberto por importantes jornais da época, tanto no sentido de informações sobre as exhibições do filme, que apareciam constantemente nos informativos de cinema e eventos nos jornais, além da cobertura sobre os criadores da obra, suas jornadas, dificuldades e expectativas. Porém, assim como o diretor do filme afirmou, seu maior alcance seria ainda alcançado via a televisão aberta, facilitando o acesso a um público mais amplo e ultrapassando seu debate inicial.

3.2. Os espaços por onde ecoam as “Vozes do Rio”: Televisão

A série de curtas-metragens “Vozes do Grande Rio” já havia, desde sua concepção, sido planejada para a televisão aberta, contudo, ela encontrou dificuldades em ser absorvida pelas principais emissoras de televisão da época, destinando inicialmente para a transmissão pela TV Educativa, o antigo canal 2.

²⁴ *Correio Braziliense*, 06 de abril de 1980, p. 25.

²⁵ *Correio Braziliense*, 25 de novembro de 1981, p. 26.

Segundo o diretor da obra, a TV Educativa acolheu as “Vozes do Grande Rio” principalmente por ser distribuída pela Embrafilme, ela teria sua transmissão às 23 horas, dividida em uma série de quatro episódios, nas noites de terça-feira.²⁶ Em uma reportagem do *Correio Braziliense* de novembro de 1979, a principal polêmica dos filmes é acerca de um suposto boicote que eles teriam sofrido das demais emissoras, além da transmissão da TV Educativa se limitar a exibição apenas nos canais do Rio de Janeiro e São Paulo. Além da transmissão limitada, o horário de 23 horas às terças-feiras era de menor audiência. Exibindo o filme apenas uma vez, sobre a dificuldade em relação a televisão, a produtora da obra Maria Coeli comenta:

Os meus planos não são apenas levar os filmes para a TV brasileira. Já que relutam em exibi-lo aqui no Brasil eu pretendo, por minha conta e risco, levá-lo a toda América Latina. Já que não existe o menor apoio a produção independente (e antes de mais nada, o filme tem esse mérito: é uma produção completamente independente) eu vou procurar esse apoio a minha maneira. Cinema é uma questão de coragem. E isso não me falta. Estou tentando vendê-lo às universidades, mas você também vê como é difícil: as universidades preferem comprar enlatados de universidades europeias (Há pouco tempo a UnB comprou todo o lote de audiovisuais da Open University de Londres, um gasto faraônico para um material totalmente distanciado de nossa cultura, mas como é estrangeiro...). Polo de grandes discussões sobre os problemas enfocados. Vozes do Grande Rio põe à tona o grande embuste que vem sendo o sistema produtor, distribuidor de filmes no Brasil: um sistema onde as responsabilidades não existem, onde as propostas coerentes são sufocadas por interesses pessoais, onde o cinema mesmo é esquecido. O organismo oficial, criado para moralizar a indústria cinematográfica, acabou desmoralizado por ela. Ajudou, aliás, a desmoralizar a feitura de filmes no Brasil. A Embrafilme está aquém das possibilidades para as quais foi criada. Acaba sendo vassala dos grandes conglomerados, ao se submeter a humilhação suprema de ter seu espaço conseguido graças a vários decretos oficiais. (FARIAS, 1979)

Este comentário expõe não só as dificuldades na venda do filme às emissoras, mas também a tentativa frustrada de venda do filme às universidades. Apesar do desejo de Coeli, a exibição do filme na América Latina iria requerer uma autorização especial já negada anteriormente. A crítica principal se dá a própria

²⁶ *Jornal do Brasil*, 28 de junho de 1979, p. 48.

distribuidora do filme, acusando a Embrafilme de não apoiar a produção do cinema independente e o desenvolvimento do cinema brasileiro.

Se rebelando contra a repressão sofrida pelos produtores independentes, a reportagem aponta Maria Coeli como uma rebelde que atravessa os desafios encarados não só pela falta de auxílio dos órgãos relacionados a produção de cultura, como também por ser uma mulher e produtora. Destacando sua fala a respeito da intenção de produzir mais filmes: “O meu desejo é fazer várias Vozes. Ouvir pessoas do Brasil inteiro, do continente inteiro. Só através do cinema (e através do cinema mediatizado via TV) é possível ouvir-se essas vozes. Ouvindo-as escutamos um pouco a nós mesmo, ao mesmo tempo em que esquecemos os intimismos e pensamos mais na realidade. Como o Leon mesmo diz: estamos em um tempo em que a realidade é mais interessante do que a ficção”.²⁷

Após o lançamento do filme na TV Educativa, no dia 03 de julho de 1979, onde seria exibido apenas naquela semana,²⁸ o filme só reapareceria na TV novamente em abril de 1980, onde seria reexibido pela TV Educativa, agora no horário de 21 horas, tendo assim muito mais alcance do que o horário anterior. Em paralelo a exibição no canal 02, o filme foi exibido também na TV Universitária de Recife, no mesmo horário das 21 horas.²⁹ Outra emissora de TV que se interessou em transmitir a obra foi a TV Nacional, que o exibiu também em abril de 1980.³⁰ O filme teria sido assim exibido na mesma época em três emissoras diferentes, além de ser noticiado em diversos jornais, e levando em consideração a cobertura das emissoras, o filme foi transmitido nos estados de Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Rio Grande do Norte. Um alcance superior a primeira exibição no ano anterior. Apesar de não penetrar nas emissoras de maior audiência, o filme produzido para TV alcançou diversos públicos, tanto nos cineclubes e eventos, quanto nos canais de tv. É impossível analisar com precisão todo o alcance obtido pelo filme, porém, dado ao volume de reportagens e notícias da época é possível apontar que os curtas-metragens não passaram despercebidos pela cinematografia brasileira. Após as exibições em 1984 no Cineclube dos Jornalistas em Brasília, o filme desaparece das notícias dos jornais, reaparecendo apenas brevemente em

²⁷ Correio Braziliense, 17 de novembro. 1979

²⁸ Tribuna da Imprensa, 29 de junho. 1979

²⁹ Diário de Natal, 09 de abril. 1980.

³⁰ Correio Braziliense, 29 de abril. 1980.

outubro do mesmo ano, como uma das obras produzidas por Maria Coeli que participaria do Projeto Raízes em Brasília, que visava ligar diversos produtores de conteúdo com alunos da rede de ensino.

3.3.A estranha censura da Agência Central

Em 20 de janeiro de 1982 é produzido pela Agência Central do SNI um dossiê contendo informações sobre o documentário: “Um Fim de Semana na Baixada Fluminense”. Segundo o documento o filme estaria aguardando a liberação da censura federal, a película teria sido financiada pela Embrafilme e incentivada pelo clero “progressista” de Nova Iguaçu. Interessante destacar que são colocados como colaboradores, no que diz respeito a direção de filmagem: Wilson; Elisabeth “Isa”, Maria José de Souza, Presidente do PT/Nova Iguaçu; Jair; Maranhão e Portinho Parati. Nomes estes que não se encontram nos créditos da obra de Léon Cassidy. O documento segue, indicando como local de filmagens os bairros de Shangri-lá, Jardim Redentor e Decolores, na tentativa de evidenciar a situação de miséria da população pobre da Baixada Fluminense.

Em seu argumento principal o dossiê discorre sobre uma das histórias presentes na obra, na qual uma jovem mulher retorna de seu dia de trabalho no centro do Rio de Janeiro, via o trem da Central do Brasil, descendo na estação Presidente Juscelino, em Belford Roxo, de onde se dirigiu a pé a sua residência, a qual é descrita como um barraco, sem saneamento básico e acesso à água. A jovem então se depara com sua mãe em prantos, pois teria sido destrutada por um segurança de uma multinacional enquanto tentava acessar uma torneira vinda da multinacional que servia como única fonte de água da região, a qual havia sido cortada. Revoltada com o tratamento sofrido pela mãe, a jovem se encaminha ao destacamento policial da região, onde decide realizar uma denúncia contra a Empresa. Empresa essa, que é descrita pelo próprio agente relator do documento como possivelmente se tratar da Bayer de Nova Iguaçu. A jovem mulher é encaminhada a outro ambiente pelos policiais, onde, como descrito no dossiê: “Lá chegando, foi levada pelos PMs a uma sala, quando começou a elogiar a sua beleza, seu corpo e, ato contínuo, resolveram currá-la”. Transtornada pelo acontecimento recente, ela se encaminha para sua casa, quando encontra no caminho, um membro das Comunidades Eclesiais de Base, se padece de sua situação e decide ajudá-la. Encaminham-se para outra delegacia de polícia, a fim de denunciar o vigia da

multinacional e os policiais militares, onde segundo o documento: “tendo sido novamente destratados, ocasião em que a jovem é tachada de “piranha”, prostituta e vagabunda” pelos policiais. O documentário se encerraria, então, ressaltando que o único apoio recebido pela jovem vinha por parte dos descritos como “marginais”, que se solidarizaram com seu problema. Todavia, mais tarde, acabam por lançá-la na prostituição. Em folha auxiliar o documento resume o conteúdo como: “Filme financiado pela EMBRAFILME e incentivado pelo clero “progressista” da Diocese de Nova Iguaçu, rodado nos bairros carentes de localidades da Baixada Fluminense, procurando destacar a situação de miséria, a violência e outros graves problemas sociais da área.”³¹

O filme representado pelo documento tem diversas correspondências com a obra de Léon Cassidy, iniciando pelo seu nome. A obra original de Cassidy tem como título “Vozes do Grande Rio” onde o episódio três recebe o nome de “Fim de Semana na Baixada”, enquanto no dossiê da Agência Central ele aparece como “Um Fim de Semana na Baixada Fluminense”. Correspondem também as datas de produção e época do filme, apesar de filmado e produzido entre 1977 e 1978, “Vozes do Grande Rio” só seria lançado no ano de 1979, tendo recebido a censura na mesma época, além da proibição de exportação. Outra correlação também é a da participação da Embrafilme, que foi responsável pela distribuição de “Vozes do Grande Rio” principalmente para as emissoras de TV. Já o documentário retratado no dossiê coloca a Embrafilme como financiadora da obra, o que vai de encontro com o fato dos curtas-metragens serem de produção independente, financiados inteiramente pela produtora e diretor da obra. No que toca a respeito da participação da Diocese de Nova Iguaçu como incentivadora e “progressista”, há no filme a participação e entrevista Dom Adriano Hypólito, que comenta a realidade vivida na região, seus problemas e possíveis soluções pelos poderes públicos. Dom Adriano ao assistir “Vozes do Grande Rio” fez o seguinte comentário: “Não devemos nos angustiar, mas lutar para modificar essa realidade.”³² A participação do bispo da Diocese de Nova Iguaçu pode sim ser identificada como incentivo a obra, visto que

³¹ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Dossiê - DOCUMENTARIO UM FIM DE SEMANA NA BAIXADA FLUMINENSE. 1982. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/AAA/82021781/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_82021781_d0001de0001.pdf, Acesso em: 02 de maio de 2024

³² *Jornal do Brasil*, 28 de junho de 1979, p. 48.

Léon Cassidy tinha como objetivo exibir o filme diretamente na diocese e na Baixada, o que fez mais tarde através de diversos cineclubes.³³

Ponto completamente divergente entre o filme citado no dossiê e a “Vozes do Grande Rio” são o que o documento chama de responsáveis pela direção de filmagem. O uso de nomes sem os sobrenomes torna difícil a busca por mais informações como no caso de Wilson, Elizabeth, Jair, Maranhão. Maria José de Souza aparece descrita como o presidente do PT de Nova Iguaçu, Maria aparece como voz política da região, porém, sem ligação com PT, além Portinho Parati que apesar de mais específico, não aparece em nenhuma documentação do SIAN, exceto o dossiê do filme. Além disso, enquanto “Vozes” tem claramente bem definido Léon Cassidy como diretor e Maria Coeli como produtora, nenhum destes nomes aparece citado ou como contado do diretor na Baixada Fluminense no que tange as filmagens ou até mesmo o acesso à região, que se fez principalmente via repórteres locais que auxiliaram nas entrevistas.

Outra divergência é a ausência da indústria multinacional Bayer ou de qualquer outra na obra de Léon Cassidy, enquanto no filme citado pelo dossiê, a multinacional possui um papel de destaque, assim como um de seus funcionários, destacada pelo relator do documento como possível alvo de propaganda negativa da fil. Como última e principal divergência entre o documentário referenciado no dossiê e “Fim de Semana na Baixada”, a história da jovem que enfrenta as violências, sua família e história fogem completamente ao modelo do curta-metragem, que apesar de apresentar diversos entrevistados e seus familiares, constrói sua narrativa através da linguagem do documentário, com entrevistas locais e questionamento sobre o dia a dia das famílias, seus medos e concepções do local. Em nenhum momento no documentário “Fim de Semana na Baixada” são retratadas histórias ou eventos de maneira dramatizada ou episódica, realizando principalmente a articulação de imagens dos entrevistados e imagens locais. A ideia de: “Uma de suas histórias retrata uma jovem[...]” implica, segundo o dossiê, a apresentação em alguma capacidade de dramatização, que acompanha uma personagem por sua história e ainda denota suas interações com os demais personagens, como o membro da Comunidade Eclesiástica que aparece como

³³ Luta Democrática, 08 de abril. 1980. p. 4

personagem no dossiê ou até mesmo os “marginais”. Este modelo narrativo que acompanha a jovem desde sua chegada até o fim do documentário não acontece em nenhum dos curtas-metragens de “Vozes do Grande Rio”, principalmente no episódio referente a Baixada Fluminense. Além disso, a descrição: “O documentário termina, ressaltando que o único apoio recebido pela jovem foi por parte dos marginais [...]” é diferente do encerramento de “Vozes”, que termina com a entrevista de Maria Padilha. O filme “Um Fim de Semana na Baixada Fluminense”, em seu título completo como é descrito no dossiê, não aparece registrado no acervo da cinemateca brasileira, nem qualquer menção que não seja especificamente a obra “Vozes do Grande Rio”, onde só é possível encontrar o filme “Fim de Semana na Baixada” de Leon Cassidy.

Mas então, seria o documento da Agência Central referente a outro filme? Apesar de várias diferenças, as correspondências referentes ao nome do filme, época que foi filmado, local de filmagem, relação com a Embrafilme e com a Diocese de Nova Iguaçu, indicam que o filme citado no dossiê teria sim relação com o filme “Vozes do Grande Rio”. O dossiê conta ainda com uma folha complementar, que apresenta um resumo sobre a obra e sua intenção, indicando que o filme: “procurando destacar a situação de miséria, a violência e outros graves problemas sociais da área.”. O que levanta o questionamento da possibilidade da produção de outro filme paralelo ao de Léon Cassidy, na mesma época e local, contudo a possibilidade de patrocínio oriundo da Embrafilme para um projeto pequeno falando especificamente dos problemas da baixada parece bem remota, até mesmo pela falta total de qualquer apoio financeiro recebido pelos curtas-metragens. Nesse sentido, faz-se entender que o filme descrito pelo documento é o episódio “Fim de Semana na Baixada” da Série “Vozes do Grande Rio”, contudo com erros no entendimento de narrativa e da atribuição de crédito em relação a direção e produção do filme. O que levanta o questionamento sobre a repercussão dos erros cometidos no dossiê, seu impacto em relação a obra que já havia sido lançada e televisionada e se houve uma intencionalidade por trás dos erros.

Apesar de já lançada e televisionada, “Vozes do Grande Rio” foi exibida normalmente na televisão ao longo dos anos 1979 e depois reprisada em 1980 pela TV Educativa, além de ser exibida ainda em outros canais, apresentada em diversos eventos, exibida em cineclubes em amplamente coberta pelos jornais. Em nenhum

momento a obra teria sua censura modificada ou teria sido impedida de ser exibida, sua censura inicial que implicou na liberação do filme e da proibição de exportação permaneceu, pelo menos das informações disponíveis nas fontes, igual a censura inicial. A ideia de que o filme estaria aguardando liberação da Censura Federal, dois anos após seu lançamento na televisão estaria assim equivocada, implicando a possibilidade de uma censura a ser realizada após o lançamento e anos depois de ser exibida na TV.

Nesse sentido, existe a possibilidade de que o dossiê tenha sido gerado com o objetivo de impedir a livre circulação da obra, indicando a necessidade de acompanhamento do filme pelos órgãos repressivos do Estado. Importante destacar que o clero “progressista” de Nova Iguaçu, pela atuação de Dom Adriano Hypólito, sempre foi monitorado pelos órgãos repressivos do estado. Onde a diocese sofreu diversas formas de repressão, incluindo o sequestro do Bispo em 1976. A diocese foi fundamental na proteção de opositores ao regime ditatorial e na promoção de ações contra a ditadura e a desigualdade social da região. Dentre os elementos destacados como supostos diretores de filmagem a presença de Maria José de Souza como Presidente do PT/Nova Iguaçu. Embora sem registro da presença de Maria como Presidente do PT de Nova Iguaçu, ela aparece como pessoa política influente na época em Nova Iguaçu, mas dentro do Movimento de Bairros de Nova Iguaçu, o MAB, como aponta Percival Tavares em: “Origem e Trajetória do Movimento Amigos de Bairros em Nova Iguaçu (MAB 1974/1992), que no fim de 1981 se tornou Federação das Associações de Moradores de Nova Iguaçu. O MAB agia como movimento político na reivindicação de melhores condições políticas e estruturais para região, aqui Maria José aparece pela primeira vez como representante da Associação de Amigos de Bairro do KM 32 em Jardim Guandu, Nova Iguaçu. Essa associação teria como principal conquistas o acesso à água em 1978, Maria aparece no início da formação do MAB, como uma das fundadoras, sendo eleita como coordenadora em 1981, como vice-presidente do MAB em dezembro de 1981 e, mais tarde, como Presidente no VIII Congresso do MAB. Maria José de Souza, apesar de ser uma figura política conhecida na região de Nova Iguaçu, não seria na mesma época, Presidente do PT de Nova Iguaçu, seria, contudo, primeiro suplente do cargo de vereador pelo PT, mas isso somente no ano de 94, como afirma Percival Tavares: “A chapa “Recomeçar” é eleita para o

mandato 94/95 com 65 votos, tendo como presidente Maria José de Souza (AM Guandu), uma das fundadoras do MAB e atualmente primeiro suplente de vereador pelo PT.” (SILVA, 1994). Nesse sentido, parece um erro intencional ligar o filme documentário a uma pessoa importante dos movimentos sociais da região, colocando-a também como presidente do Partido dos Trabalhadores, que se posicionava também contra a ditadura militar. Certamente associar a obra a uma figura nesse cargo de presidência implicaria em uma avaliação mais imparcial de sua censura e conteúdo.

Outro ponto que chama a atenção é a presença da multinacional, citada ainda pelo documento nominalmente como possível alusão a Bayer de Belford Roxo. A indicação de uma violência advinda de um funcionário da empresa implicaria em possível impacto na reputação da multinacional, trazendo repercussões negativas e possivelmente gerando conflitos entre a população local e a empresa. O fenômeno de assentamentos com ausência total de acesso água potável na região era comum, assim como a disponibilidade de torneiras que abasteciam a população local. Lembrando ainda que o acesso a água foi também um dos principais motivos da escolha do local pela Bayer, além do acesso a mão de obra local barata.

Outro aspecto importante é a relação da Bayer com o Estado brasileiro, onde a não censura de um filme com possível impacto em sua reputação implicaria em tensões entre ambos. Outra figura que seria representada nessa história, seria a própria Polícia Militar, onde seus agentes teriam cometido além de assédios morais e sexuais, o estupro de uma jovem da região. Caso essa história estivesse na obra original, ela certamente implicaria em uma repercussão negativa, dificultando a relação da população local com a PM, a qual já sofria devido a atuação ineficiente da polícia e desconfiança anterior da população. Nesse sentido, o destaque de uma ameaça grande a reputação da polícia local certamente agravaria a necessidade de censura efetiva e até a possível retirada de circulação da obra. O dossiê seria então a realmente sobre o filme “Vozes do Grande Rio”, porém contendo diversas informações falsas que teriam como possível objetivo o agravamento da situação de censura da obra. Levando em consideração que o filme foi exibido em diversos locais do Rio de Janeiro, sobretudo nos locais onde foi gravado, seria possível indicar que o documento teria sido produzido depois da exibição do filme na

Baixada Fluminense, o que seria reforçado pela data de produção do documento em janeiro de 1982. O que explicaria o fato da indicação de censura de uma obra que não só foi aprovada inicialmente, como também já havia sido exibida diversas vezes da televisão em diversas emissoras, além é claro de eventos e cineclubes. Contudo, sem o acesso a informações mais específicas da produção dos filmes, torna-se impossível determinar se havia realmente em uma das histórias, esse referente a jovem, a Bayer e a Polícia Militar.

Conclusão

As análises feitas do filme *Um fim de semana na baixada*, apontam para uma demanda de carência social e de luta dos direitos básicos da sobrevivência humana, destacando a participação da população junto a formação de seus bairros. Ao assistir o curta-metragem, diversos questionamentos foram levantados quanto as gravações e os objetivos da obra. Iniciando-se pelo nome, a escolha de “Um fim de Semana na Baixada”, implica no período referente a gravação, mas também em um período da semana em que os trabalhadores estariam disponíveis para a gravação, fazendo ainda um paralelo com a ideia de um fim de semana, entendido comumente como de descanso, é atravessado pela violência e dificuldades de vivência do dia a dia dos trabalhadores.

A apresentação desse cotidiano é realizada de maneira gradativa, permitindo uma introdução do observador a partir das descrições dos moradores. A obra em si, se apresenta como um retrato de uma Baixada plural, atravessando diversos problemas, mas também diversas características específicas da região e suas produções culturais. De músicas, seitas à castelos, a obra oferece um ponto de vista externo, mas que olha empaticamente para a região, buscando abordar relações e opiniões dos moradores destacando uma narrativa que traz para um holofote também suas vivências que é comumente ocupado apenas pelo estereótipo da violência. Fora das telas, o material produzido via jornais e entrevistas situam os filmes do cinema nacional que vem tentando se expandir, além da serialização e exibição da obra na TV aberta, visando o aumento do seu alcance.

Apesar de ampla cobertura pelas mídias da época, a série: “Vozes do Grande Rio” não se estabeleceu fortemente na cinematografia nacional dos principais filmes da época, mas apresentou-se com um amplo alcance de exibição, chamando a atenção de artistas como Ziraldo, e nos cineclubes. O filme foi exibido diversas vezes na televisão e foi um marco importante no desenvolvimento das carreiras profissionais dos envolvidos, como Maria Coeli, que foi professora de cinema na CEUB. As obras, contudo, atraíram também a atenção dos órgãos repressivos do governo, se iniciando pela censura de venda e exibição do filme no exterior, o que dificultou a disseminação da obra. Dentro desse interesse do governo autoritário pela obra, nasceu também o dossiê que embasou esta pesquisa na busca pela obra. O documento apesar de apresentar diversas disparidades com o filme “Um Fim de

Semana na Baixada”, de Leon Cassidy, traça paralelos entre o período e os temas abordados na obra, com claros exageros e histórias fabuladas. Não foram encontrados registros da época de algum filme com nome ou tema similar, que não fosse do filme de Leon Cassidy, concluindo assim que o dossiê visava censurar uma obra que já havia sido aprovada pela censura, através ainda da criação de histórias que apresentariam ameaça as relações e percepções tanto da polícia da região, quanto da Empresa Multinacional Bayer.

A articulação entre a obra e o dossiê, tem como objetivo demonstrar mais um dos meios pelos quais o governo autoritário buscava a censura da produção de um produto artístico que tinha como objetivo retratar a realidade do morador da Baixada Fluminense, não foram encontrados ainda, outros documentos referentes as censuras dos demais episódios “Sei lá, jacarezinho, sei lá”, situado no Jacarezinho, “Rio ano 2000”, situado na cidade do Rio de Janeiro e “Queimados”, apresentando assim a possibilidade de que apenas o episódio referente a Baixada seria alvo de uma censura mais intensa. Esta pesquisa teve também como objetivo, retirar essa obra de um esquecimento coletivo, reaproximando tanto do presente, como da academia. Apesar de sua facilidade de acesso, via internet, os filmes parecem não constar ainda nos mapas historiográficos da Baixada. A possibilidade de análises mais profundas sobre a obra, de entrevistas com integrantes ainda vivos da equipe de filmagem, apresenta-se como possível próximo passo para o aprofundamento deste tema de pesquisa.

Referências

“CEDAE” tem plano de emergência para água. Correio da Lavoura, Rio de Janeiro, 14 set, 1975.

“CHICO total” abre a programação da semana da Fundação Cultural. Correio Braziliense, Distrito Federal, 20 mar, 1979.

“VOZES do Grande Rio”. Correio Braziliense, Distrito Federal, 08 jan, 1978.

A CRISE ferroviária. Correio da Lavoura, Rio de Janeiro, 27 set. 1975.

A sensação no rádio carioca, atualmente, são dois programas policiais que batem todos os recordes em matéria de audiência: "A Cidade Contra o Crime", na Rádio Globo, e a "Patrulha da Cidade", na Tupo. Cinelândia, Rio de Janeiro, Edição 272, 1964.

ÁGUA para queimados é promoção governamental. Correio da Lavoura, Rio de Janeiro, 23 out, 1977.

ÁGUA. O Fluminense, Rio de Janeiro, 04 mai. 1979.

ALBERTI, Verena. Manual de história oral. 2a edição revista e atualizada. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004.

ALVES, José Cláudio Souza. Da Ditadura Militar ao Neoliberalismo: o poder e a violência na história da Baixada. In: SALES, Jean; FORTES, Alexandre. A BAIXADA FLUMINENSE E A DITADURA MILITAR: MOVIMENTOS SOCIAIS, REPRESSÃO E PODER LOCAL, Salvador: Saggá, 2022.

ANDRÉ, Joyce; ARAUJO, Paulo Cesar; BALTAR, Tarcísio: Um aglomerado onde se vive miseravelmente. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 27 fev, 1975.

ANDRÉ, Joyce; ARAUJO, Paulo Cesar; BALTAR, Tarcísio: Viagem de ter, um drama de todos os dias. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 04 mar, 1975.

ANDRÉ, Joyce; ARAUJO, Paulo Cesar; BALTAR, Tarcísio: Violência na baixada muda até os horários das missas. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 27 fev, 1975.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Dossiê - DOCUMENTARIO UM FIM DE SEMANA NA BAIXADA FLUMINENSE. 1982. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/AA/82021781/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_82021781_d0001de0001.pdf, Acesso em: 02 de maio de 2024.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Dossiê - DOCUMENTARIO UM FIM DE SEMANA NA BAIXADA FLUMINENSE. 1982. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/AA/82021781/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_82021781_d0001de0001.pdf, Acesso em: 02 de maio de 2024.

AS MÁS notícias superam as boas. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 06 abr, 1980.

AS VOZES de uma Megalópoles. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 28 jun, 1979.

ASSALTANTE levou bala. Correio da Lavoura, Rio de Janeiro, 06 set, 1975.

BAIXADA dá três crimes de morte além de cinco assaltos e roubo de carro. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 14 ago, 1972.

Baixada Fluminense – A construção de uma história. Rio de Janeiro: IPAHB, 2004.
BANCO de Areia – Um bairro em completo abandono. Correio da Lavoura, Rio de Janeiro, 06 set, 1975.

BATISTA, Allofs Daniel. Da laranja ao golpe: Nova Iguaçu e a instabilidade política nos primeiros anos do Regime Civil-Militar. Monografia – Faculdade de Licenciatura em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/4811>, Acesso: 21 de maio de 2024.

BISPO de Nova Iguaçu tenta conscientizar a população sobre o problema da violência. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 03 jun, 1973.

BYE bye Cidade Maravilhosa. A Luta Democrática: Um jornal de luta feito por homens que lutam pelos que não podem lutar, Rio de Janeiro, 08 abr, 1980.

CARIOCA conheça o caminho que vai do “anjinho indigente” até o “marginal desconhecido”. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 24 jul, 1979.

CARIOCA faça conosco uma pitoresca excursão a Belford Roxo e adjacências. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 17 jul, 1979.

CARVALHO, Maicon Sérgio Mota. A greve da Bayer Belford Roxo: ascensão e crise de uma indústria multinacional na Baixada fluminense (1958-1989). 2015. 122 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-RJ, 2015.

CEUB exhibe filme: “Vozes do Grande Rio”. Correio Braziliense, Distrito Federal, 25 nov, 1981.

CHEGA “Tv Mulher” e começa a “História da Telenovela”. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 04 abr, 1980.

CINECLUBE dos jornalistas tem 3º sessão hoje. Correio Braziliense, Distrito Federal, 13 mai, 1984.

CINECLUBE. Correio Braziliense, Distrito Federal, 06 abr, 1984.

CINECLUBE. Correio Braziliense, Distrito Federal, 07 abr, 1984.

CINECLUBE. Correio Braziliense, Distrito Federal, 08 abr, 1984.

COM Arena do Rio. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 23 fev, 1978.

COMEÇA na terça-feira na TVE série com produção independente. Tribuna da Imprensa, 29 jun, 1979.

COMISSÃO apela ao Governo contra o crime na Baixada. O Fluminense, Rio de Janeiro, 30 mar, 1978.

COMITÊ pela Anistia promove ato público. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 07 ago, 1979.

CONGRESSO exhibe Vozes do Grande Rio. Correio Braziliense, Distrito Federal, 01 nov, 1979.

D ADRIANO diz que ataques eram esperados. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 11 nov, 1979.

D. ADRIANO destaca o problema social em entrevista coletiva. Correio da Lavoura, Rio de Janeiro, 26 nov, 1977.

DIÁRIO na TV. Diario de Pernambuco, Pernambuco, 11 abr, 1980.

DIÁRIO na TV. Diario de Pernambuco, Pernambuco, 14 abr, 1980.

DIÁRIO na TV. Diario de Pernambuco, Pernambuco, 23 abr, 1980.

DOM ADRIANO ENTRE OS LIBERTADORES DA AMÉRICA.

ESCALADA do crime na Baixada já elevou a 108 os crimes de morte. O Fluminense, Rio de Janeiro, 01 abr, 1978.

ESQUADRÃO mata mais dois e provoca atrito entre policiais. O Fluminense, Rio de Janeiro, 12 ago, 1977.

ESTAÇÃO do Guandu entra para o Guinnesss. G1, Rio de Janeiro, 20 jul, 2007.

EXTRA. Correio Braziliense, Distrito Federal, 11 abr, 1984.

EXTRA. Correio Braziliense, Distrito Federal, 14 abr, 1984.

EXTRA. Correio Braziliense, Distrito Federal, 15 abr, 1984.

EXTRA. Correio Braziliense, Distrito Federal, 26 abr, 1984.

EXTRA. Correio Braziliense, Distrito Federal, 27 abr, 1984.

EXTRA. Correio Braziliense, Distrito Federal, 28 abr, 1984.

EXTRA. Correio Braziliense, Distrito Federal, 29 abr, 1984.

FARIAS, Marcílio: Vozes do Grande Rio. Correio Braziliense, Distrito Federal, 17 nov, 1979.

FERRO, M., Cinema e História; tradução Flávia Nascimento. Rio de Janeiro. Editora: Paz e Terra, 1992.

GOMES, Alexander Souza. Interdependência entre religião e política no bispado de Dom Adriano Hypólito no âmbito da Ditadura Civil-Militar. In: SALES, Jean; FORTES, Alexandre. A BAIXADA FLUMINENSE E A DITADURA MILITAR: MOVIMENTOS SOCIAIS, REPRESSÃO E PODER LOCAL, Salvador: Saggá, 2022.

GREGÓRIO, Maria do Carmo. Uma História Vista de Baixo: Igreja Católica e Movimentos Sociais No Litoral Sul 1970 e 1990. In: Encontro Nacional de História Oral, 2020, Belém - Pará. ANAIS ELETRÔNICOS DO XV ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL: Narrativas Oraís, Ética e Democracia, 2020.

HOJE Televisão. Correio Braziliense, Distrito Federal, 02 mai, 1980.

HOMEM tem circo na “Sexta Super”. O Fluminense, Rio de Janeiro, 22 jun, 1979.

HYPÓLITO, Dom Adriano. A ira de Deus na terra da violência. Revista Playboy. Outubro De 1978. São Paulo. Entrevista concedida a Audálio Dantas.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 1950. Rio de Janeiro.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 1960. Rio de Janeiro.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 1970. Rio de Janeiro.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 1980. Rio de Janeiro.

KRONEMBERGER, A. B. Dom Adriano entre os libertadores da América. São Paulo: PUC, 2018.

LEON Cassidy. Correio de Notícias, Paraná, 02 fev, 1979.

LOWY, Michael. Marxismo e Teologia da Libertação. Editora Cortez. São Paulo, 1991.

MAIA, Priscila Nunes Fraga; RODRIGUES, Adrianno Oliveira. A cidade (re)partida: um breve estudo sobre as emancipações da cidade de Nova Iguaçu e a formação da região da Baixada Fluminense. Acesso em: 10 set. 2024.

MUITO jornalismo e bons seriados. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 06 jul, 1979.

NONATO, Lígia Maria de Oliveira. A questão fundiária fluminense no século XX e a retomada da luta pela terra. Monografia – Faculdade de Licenciatura em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/4829> , Acesso: 20 de maio de 2024.

NOVA Iguaçu pede ajuda a polícia. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro 09 ago, 1978.

O CINEMA desmistificado. Diário do Paraná: Orgao dos Diários Associados, Paraná, 03 ago, 1979.

PINTO, Tatiane de Oliveira. “Entre a minha casa e a casa da patroa”: itinerários, consumo e histórias de trabalhadoras domésticas de Nova Iguaçu, Baixada Fluminense – RJ. Oikos: Família e Sociedade em Debate, v. 32, n. 2, p. 01 - 21, 2021.

PLACAR de mortos do Esquadrão já alcançou a cifra de 67 vítimas. O Fluminense, Rio de Janeiro, 01 mar, 1978.

POR que matam na Baixada Fluminense? O Fluminense, Rio de Janeiro, 14 abr, 1978.

PROGRAMA da Feira da Posse-Bilidade Cultural. Correio Braziliense, Distrito Federal, 13 mar. 1979.

PROGRAMAS de Hoje. A Luta Democrática: Um jornal de luta feito por homens que lutam pelos que não podem lutar, Rio de Janeiro, 09 abr, 1980.

PROGRAMAS. Diário de Natal, Rio Grande do Norte, 09 abr, 1980.

QUINZE malfeitores seviciam mulher. Correio da Lavoura, Rio de Janeiro, 06 set, 1975.

RÁDIOS que fazem deboche e humor negro são punidas. Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 26 mai, 1973.

RAÍZES de Brasília chega a estudantes. Correio Braziliense, Distrito Federal, 25 out, 1984.

REVOLUÇÃO sandinista em vídeo. Correio Braziliense, Distrito Federal, 27 mai, 1984.

SALES, Marcelo Ribeiro. “Periferias Renegadas” Memórias e resistências de uma Belford Roxo marcada pela violência urbana. Revista Maracanan, Rio de Janeiro, n. 28, p. 280-303, set./dez. 2021.

SE ABAIXEM que lá vem bla bla bala bla bla bala bla bla bla... Correio Braziliense, Distrito Federal, 16 mar, 1979.

SEM novidades. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 13 jul, 1979.

SILVA, Bráulio Rodrigues da. Memórias da luta pela terra na Baixada Fluminense. (Org.) MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. Editora: Mauad, 2008.

SIMÕES, Manoel Ricardo. A cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense. Mesquita: Ed. Entorno, 2007. 300p.

SOUZA, Jessie Jane Vieira da. Sobre D. Waldyr Calheiros de Novaes e o enfrentamento com a ditadura. In: NEDER, Gizlene; NAZARETH, F. B. F. (Org.). 'Questão Religiosa', Poder e Secularização. 1. ed. Niterói: EdPPGH-Editora do Programa de pós-Graduação em História, 2016. v. 1. 301p.

TELEVISÃO, Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 08 abr, 1980.

TELEVISÃO. A Luta Democrática: Um jornal de luta feito por homens que lutam pelos que não podem lutar, Rio de Janeiro, 10 abr, 1980.

TELEVISÃO. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 09 abr, 1980.

TELEVISÃO. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 10 abr, 1980.

TELEVISÃO. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 11 abr, 1980.

THOMPSON, E.P. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. TORRES, Gênesis (org.).

TORRES, Gênesis (org.). Baixada Fluminense – A construção de uma história. Rio de Janeiro: IPAHB, 2004.

TUDO sobre o Grande Rio numa série do 2. Jornal dos Sports, Rio de Janeiro, 08 abr, 1980.

VALEU. O Pasquim, Rio de Janeiro, 06 abr, 1979.

VIOLÊNCIA na Baixada inspira CPI. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 25 fev, 1978.

VIOLÊNCIA na Baixada se manifesta com 2 agressões, 9 assaltos e 5 homicídios. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 02 jan, 1974.

VOZES do Grande Rio na TV. Correio Braziliense, Distrito Federal, 29 abr, 1980.

VOZES do Grande Rio. Correio Braziliense, Distrito Federal, 01 mai, 1980.

VOZES do Grande Rio. Correio Braziliense, Distrito Federal, 21 mar, 1979.

VOZES do Grande Rio. Correio Braziliense, Distrito Federal, 29 abr, 1980.

VOZES DO GRANDE RIO. Direção: Leon Cassidy. Produção: Maria Coeli. Brasil: EMBRAFILME, 1981, Youtube

VOZES do Grande Rio. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 02 fev. 1979.

VOZES do Grande Rio. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 03 fev. 1979.

VOZES do Grande Rio. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 11 fev. 1979.

VOZES do Grande Rio: cinema verdade. Correio Braziliense, Distrito Federal, 04 nov, 1979.